



Boletim Nro 204 - Julho 2014

NOSSA OPINIÃO



Insistir no REDD é continuar com um jogo perdido para o clima e para os povos

Os promotores do REDD buscam novas formas para insistir na mesma ideia. Parecem pensar que, se o REDD nas florestas não está dando certo, por que não incluindo a agricultura, echamá-lo “REDD em escala de paisagem”, como eles propõem? E se isso não for suficiente, o “REDD Azul”, promovido em áreas costeiras, ricas em florestas de mangue, promete absorver muito mais carbono do que as florestas terrestres. É sobre essas novas tendências do REDD que buscamos informá-los neste boletim do WRM.

NOVAS TENDÊNCIAS DO REDD: EXPANDINDO O PERIGO



“Carbono Azul” e “REDD Azul”: transformando os territórios marinho-costeiros (*) em mercadoria

A promoção de iniciativas de “Carbono Azul”, também chamadas de “REDD Azul”, é uma nova tendência focada nos territórios marinho-costeiros. Este artigo busca entender melhor essa tendência, listando algumas das iniciativas ou dos projetos de “Carbono” ou “REDD Azul” em curso, e quais os atores que estão por trás deles. Além disso, o artigo mostra e comenta alguns dos principais argumentos que eles usam. O objetivo principal é alertar sobre essa nova tendência e explicar por que ela tende a beneficiar os mercados financeiros em vez de ajudar a resolver a crise climática.



O REDD passa das florestas às paisagens: mais do mesmo, apenas maior e com mais risco de causar danos

As agências da ONU e o Banco Mundial começaram a disseminar mais um novo conceito: o REDD em escala de paisagem. Trata-se da mesma ideia do REDD, só que maior – e com potencial para causar mais danos. Esta nova abordagem tenta incluir tanto florestas como agricultura. Em vez de enfrentar a necessidade urgente de reduzir o consumo excessivo e a produção de monocultura industrial voltada para a exportação, o REDD em escala de paisagem procura colaboração com as associações do agronegócio e de madeireiros quanto culpabiliza as populações tradicionais pelo desmatamento..



“Agricultura inteligente face ao clima” – a mercantilização dos solos no Sul global

A ideia de uma agricultura ‘inteligente face ao clima’, lançada pela FAO e do Banco Mundial, afirma que o aumento da produtividade dos cultivos é capaz de mitigar a mudança climática sequestrando carbono no solo, e também ajudaria aos agricultores para se adaptar a essas mudanças. Na realidade, contudo, é totalmente diferente. Um projeto no Quênia mostra como os interesses que promovem essa agricultura ‘inteligente’ estão de olho nos benefícios econômicos esperados com os negócios de carbono e sementes fornecidas pelo agronegócio multinacional.

POVOS EM AÇÃO

- **Declaração final da Campanha Global para Desmantelar o poder das transnacionais e por fim à sua impunidade**
- **26 de julho: Dia Internacional para a Defesa do Ecossistema de Mangue**
- **Manifesto das mulheres da CLOC-Via Campesina Peru, no marco do I Encontro Nacional de Mulheres pela Justiça Climática em Defesa da Mãe Terra, rumo à COP20**
- **Um passo adiante na adoção de uma declaração internacional sobre os Direitos das e dos camponeses,**
- **A pré-cúpula social sobre o clima, na Venezuela, rejeitou as falsas soluções para a mudança climática**

RECOMENDADOS

- **10 alertas sobre REDD para comunidades,** pelo World Rainforest Movement
- **Carbono versus Alimentos,** por Friends of the Earth - France

- **REDD-Monitor**
- **A economia que chamam de “Verde”: a Última Fronteira do Saque**, por OtrosMundos Chiapas
- **O colonialismo e a escravidão jamais se foram: REDD+ na Ásia e na África**, por SERVINDI
- **Desmatamento, REDD e o Parque Nacional Takamanda, em Camarões – um Estudo de Caso**, pelo FPP

NOSSA OPINIÃO

Insistir no REDD é continuar com um jogo perdido para o clima e para os povos



A FIFA é uma organização com fins lucrativos que, através dos seus dirigentes e de um pequeno grupo de corporações, mercantiliza o esporte mais popular do mundo: o futebol. A FIFA e seus parceiros comerciais lucram – sem pagar impostos – bilhões de dólares com a organização da Copa do Mundo a cada quatro anos, mas também deixam um lastro de impactos negativos. Para a construção dos estádios e a infraestrutura complementar, como sistemas de transporte, exigidos pela FIFA, cerca de 200 mil brasileiras e brasileiros foram expulsos de suas casas. Essa é a estimativa da organização dos 12 comitês populares da Copa em cada cidade-sede no Brasil, que, mesmo com a Copa terminada, continuam na difícil luta por justiça, buscando reparar algumas das violações que sofreram ao longo destes últimos anos.

Curiosamente, a Copa do Mundo tem a ver com a temática de florestas e com o REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal). Isso porque, entre os muitos impactos que a Copa do Mundo no Brasil tem causado, a FIFA anunciou que pretende “compensar” parte do 1.4 milhão de toneladas de emissões de CO₂ geradas pelo evento, sobretudo em função do transporte aéreo nacional e internacional. , Entre outras maneiras, a FIFA quer fazer isso comprando créditos de redução de emissões de carbono de quatro projetos selecionados no mercado voluntário de carbono. Um deles é o Projeto REDD de Purus, no estado brasileiro do Acre, justamente um dos projetos sobre os quais, no ano passado, o WRM e a ONG Repórter Brasil divulgaram informações em relação a

seus impactos (1). Visitas *in loco* mostraram que as famílias que seriam supostamente beneficiadas pelo projeto de REDD praticamente não tinham conhecimento do mesmo, embora tivessem que enfrentar, a partir da implementação do projeto, uma série de restrições impostas sobre seu modo de vida. Mesmo assim, ele foi certificado por dois sistemas de certificação voluntários, chamados VCS e CCB, em suas siglas em inglês. Essa certificação garantiria a “sustentabilidade social e ambiental” do projeto.

Percebe-se hoje que os promotores de megaeventos, como a FIFA e outros atores estatais, corporativos ou ONGs com interesse em mercantilizar a natureza e investir em mecanismos de “compensação” por emissões, estão comprando créditos de REDD e dando publicidade a seus esforços para manter viva a ideia de que o sistema pode funcionar. Isso apesar de que uma análise do REDD mostra que se trata de uma falsa solução para a crise do clima e que a realidade de projetos-piloto no campo mostra que o REDD não é capaz de conter o desmatamento, causando mais problemas para comunidade locais.

Além disso, a tendência dos mercados voluntários onde hoje os créditos do REDD são vendidos e comprados mostra que os negócios de carbono não estão dando certo. Conforme os relatórios anuais da plataforma de informações “Mercado em Ecossistemas” da iniciativa *Forest Trends*, o volume de créditos de carbono no mercado voluntário caiu quase 50% em 2013, comparado com 2012. Apesar de o relatório argumentar que o REDD é o que há de bem-sucedido no mercado de carbono, o preço é tão baixo (em média, US\$ 3 por crédito) que os únicos projetos que serão implementados são aqueles que proíbem a agricultura itinerante e de subsistência. Os impactos devastadores desse tipo de projeto de REDD para as comunidades que dependem dessas formas de agricultura são bem conhecidos. Apesar de o relatório da *Forest Trends* dizer que o REDD é um sucesso, o Mercado é pequeno e inviável. Para manter esse mercado vivo, há uma tendência de que governos – com dinheiro público – interfiram cada vez mais nele, buscando salvá-lo, a exemplo da significativa transação financeira do Banco de Desenvolvimento Alemão KfW com o governo do Acre, no Brasil. (2)

Com o mercado do REDD tendo pouca perspectiva de crescimento, seus promotores buscam novas formas para insistir na mesma ideia. Parecem pensar que, se o REDD nas florestas não está dando certo, talvez a proposta de outro “REDD em escala de paisagem”, inclusive na agricultura, em particularo carbono"armazenado" nos cultivose solos, consiga atrair novos investidores. E se a quantidade de carbono que as florestas e a “paisagem” conseguirem “armazenar” não for considerada grande o suficiente, o “REDD Azul”, promovido em áreas marinho-costeiras, ricas em florestas de mangue, promete absorver muito mais carbono do que as florestas terrestres. É sobre essas novas tendências do REDD que buscamos informá-los neste boletim do WRM.

Este mesmo mês do boletim de julho, também celebramos o “Dia Internacional pela Defesa do Ecossistema Manguezal”. A Rede Manguezal Internacional, que apoia e articula comunidades que dependem dos manguezais, afirma especialmente neste Dia que a defesa dos manguezais é fundamental porque eles garantem a soberania alimentar dessas comunidades, ameaçadas pela exploração e a privatização dos seus territórios por empresas. A Rede defende que não se devem incluir as florestas de mangue em programas de REDD e/ou em outras iniciativas da chamada “economia verde” em função das evidentes violações dos direitos das populações locais provocadas por esses programas, que tampouco

representam uma alternativa real frente às mudanças climáticas. Para combater a tendência à privatização implicada nos programas do REDD, a Rede Manguezal defende que é preciso promover, apoiar e garantir a gestão coletiva do território das comunidades pesqueiras e costeiras. (3)

Para defender essas comunidades ameaçadas, agora também por projetos REDD, temos que combater o poder corporativo e pressionar os governos que dão respaldo ao REDD. Neste sentido, para todas as organizações comprometidas com esta luta, um avanço importante aconteceu em Genebra, na Suíça, no fim do mês de junho: apesar das tentativas de governos do Norte de evitar, conseguiu-se que o Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU aprovasse uma resolução para criar um grupo de trabalho intergovernamental que discuta, conforme diz a própria resolução, a “Elaboração de um instrumento internacionalmente vinculante para Corporações Transnacionais e outras Empresas de Negócios em relação aos Direitos Humanos” . (4)

Essa decisão ainda não foi o “fim do jogo”, mas representou um “belo gol” contra os interesses das grandes corporações e seus aliados.

- (1) http://wrm.org.uy/pt/files/2014/01/Consideracoes_sobre_um_projeto_privado_de_REDD_no_Acre.pdf e também <http://reporterbrasil.org.br/2013/12/projetos-de-carbono-no-acre-ameacam-direito-a-terra/>
- (2) <http://www.forest-trends.org/vcm2014.php>
- (3) <http://redmanglar.org/sitio/>
- (4) http://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/26/L.22/Rev.1

[index](#)

NOVAS TENDÊNCIAS DO REDD: EXPANDINDO O PERIGO

“Carbono Azul” e “REDD Azul”: transformando os territórios marinho-costeiros (*) em mercadoria



1. O que é um projeto de “Carbono” ou “REDD Azul”?

Quem procura saber mais sobre “Carbono” ou “REDD Azul” descobrirá que está se falando de algo parecido com o REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, para mais informações consulte [o site do WRM](#)), uma proposta que vem sendo promovida há anos em florestas tropicais terrestres na América Latina, na África e na Ásia. No caso do “REDD Azul”, trata-se de carbono armazenado nos ecossistemas marinho-costeiros, em particular nas florestas de mangue. Este armazenamento ocorre naturalmente, em especial, a absorção de CO₂ por plantas que vivem na água. Florestas de mangue, pradarias de ervas marinhas e pântanos alagados por marés salgadas, todos bastante ricos em plantas, são ecossistemas marinho-costeiros que, segundo os promotores do “REDD azul”, sequestram grandes quantidades de carbono da atmosfera e as armazenam em seus sedimentos e solos.

Os projetos de “Carbono” ou “REDD Azul” já em curso costumam ser realizados dentro de uma determinada área de manguezal, propondo sua conservação e/ou reabilitação. Como em outros projetos de REDD nas florestas terrestres ([veja o Boletim 184 do WRM](#)), buscam mostrar que, com um incentivo financeiro adicional, é possível evitar emissões ou aumentar o estoque de carbono na área do projeto. Primeiro, costuma-se fazer um inventário da quantidade de carbono que estaria sendo “armazenado” na área do projeto durante um determinado período. Para isso, realiza-se uma série de cálculos, tentando prever a quantidade de carbono na área no início do projeto e também a quantidade ao final dele. Dentro da lógica do REDD, também é preciso prever a quantidade de carbono que a área teria futuramente se *não* houvesse o projeto. A suposta quantidade de carbono que ele estaria gerando – os “créditos de carbono” –, resulta desses cálculos que são impossíveis de fazer com precisão (1). Seguindo a lógica do mercado de carbono, o comprador desses “créditos” ganharia o direito de continuar emitindo a quantidade de CO₂ que estaria sendo “armazenada” pelo projeto. Na prática, isso resulta em nenhuma redução de emissões de CO₂, porque o carbono supostamente “armazenado” na área de manguezal estaria sendo emitido em outro lugar pela empresa compradora dos “créditos”.

Os promotores de iniciativas de “Carbono” ou “REDD Azul” esperam que os mercados de carbono possam gerar futuramente o dinheiro para seus projetos. Por isso, fazem um *lobby* forte para que o “REDD Azul” seja incluído dentro de um acordo internacional sobre REDD nas conferências do clima anuais da ONU, no marco da UNFCCC: as chamadas COPs do clima. Os governos de Costa Rica, Tanzânia, Indonésia e Equador já incluíram

manguezais em suas políticas nacionais de REDD. (2)

2. Argumentos usados pelos promotores do “Carbono” ou “REDD Azul” – e respostas a eles.

Os promotores do “Carbono” ou “REDD Azul” usam uma série de argumentos para defender a ideia. Citamos aqui alguns dos principais, e buscamos responder a eles:

- Argumento 1: Os ecossistemas marinho-costeiros são capazes de absorver muito carbono, mais do que as florestas terrestres, e o conhecimento científico disponível para medir isso é suficiente.

Conforme o portal de internet “Carbono Azul” (3), *“As taxas de absorção e armazenamento de carbono são comparáveis (e, muitas vezes, maiores do que) as taxas de absorção de ecossistemas terrestres, como florestas tropicais ou turfeiras”*. O portal afirma ainda que: *“Diferente da maioria dos sistemas terrestres, que atingem um equilíbrio de carbono do solo depois de décadas, a deposição de dióxido de carbono em sedimentos de ecossistema costeiro pode continuar por milhares de anos”*. Pesquisas de instituições da ONU, como seus Programas para o Meio Ambiente (UNEP) e para Alimentação e Agricultura (FAO), sugerem que *“7% de reduções de emissões de dióxido de carbono (CO₂), necessárias para manter a concentração na atmosfera [de CO₂] abaixo de 450 ppm [considerado um valor que, segundo a maioria dos cientistas, nos dará uma chance de 50% de manter o aquecimento global dentro do limite de 2 graus] podem ser alcançadas protegendo e recuperando manguezais, pântanos alagados e pradarias marinhas, chegando à metade do que se espera alcançar com o REDD [em florestas terrestres]”*. (4) Por isso, os promotores do “Carbono Azul” chegam a afirmar que ele se torna um *“instrumento transformador no manejo de carbono natural em nível global”*. (5)

Os promotores do “Carbono Azul” também afirmam que *“o conhecimento científico atual sobre absorção e emissões potenciais de ecossistemas costeiros é suficiente para desenvolver de forma efetiva incentivos para manejo, política e conservação de carbono para o Carbono Azul costeiro”*. (6)

Resposta ao Argumento 1:

Em primeiro lugar, os projetos do “REDD Azul” se baseiam na lógica aplicada para calcular carbono nos projetos de REDD em florestas terrestres, que não chega a cálculos confiáveis. Sempre resultará em uma quantidade aproximada de carbono no início de um projeto e em uma estimativa bastante subjetiva sobre quanto carbono o projeto teria “armazenado” ao seu final. Além disso, os cientistas enfrentam muitas dificuldades para conseguir compreender os processos de armazenamento de carbono. Segundo afirma Gabriel Grimsditsch, funcionário do programa marinho e de ecossistemas marinhos do UNEP: *“Existem incertezas consideráveis em torno destas estimativas e do nível de compreensão do armazenamento de carbono em ecossistemas costeiros”*. (7)

As “frases de efeito” apresentadas por pesquisas e projetos sobre quantidades de “Carbono Azul” que estariam sendo armazenadas dão uma pista sobre essas incertezas. Enquanto a Iniciativa pelo “Carbono Azul” afirma que a taxa de absorção de carbono por florestas de

mangue seria “duas ou até quatro vezes maior do que taxas globais observadas em florestas tropicais” (8), a Fundação Neotrópica, que realiza um projeto-piloto de “Carbono Azul” na Costa Rica, afirma que as áreas marinho-costeiras, por exemplo, manguezais e outros pântanos, “armazenam até cinco vezes mais carbono do que as florestas tropicais”(9).

Ao mesmo tempo, pouco se lê na propaganda do “Carbono Azul” sobre como as mudanças climáticas já em curso afetam e afetarão os oceanos e as áreas marinho-costeiras, e as funções vitais que cumprem. Sabe-se que a crescente absorção de CO₂ – presente na atmosfera em uma quantidade maior do que antes – pelos oceanos tem deixado sua água mais ácida. No longo prazo, níveis mais altos de carbono no oceano podem ter uma série de impactos que não só interferirão na capacidade dos oceanos de absorver CO₂, mas também incentivarão o processo inverso pelo qual os oceanos emitem carbono. Esses processos ainda são pouco estudados e compreendidos, o que indica uma incerteza muito maior em torno do que irá acontecer futuramente com o “Carbono Azul”. Mas todas essas incertezas não impediram a realização de algumas iniciativas que soam até absurdas.

Os absurdos do “Carbono Azul”

Sob o argumento de que os oceanos são “*os lugares mais promissores para sequestrar carbono*”, o Centro de Pesquisa sobre Sequestro de Carbono Oceânico do Departamento de Energia do governo dos EUA em Berkeley realizou pesquisa sobre a injeção direta de CO₂ a uma profundidade de 1.000 metros ou mais, através de estações na costa ou diretamente no mar, com navios dispostos de tubulações suficientemente longas. Outra técnica pesquisada tem sido uma forma chamada de “fertilização” dos oceanos com partículas extremamente pequenas (nanopartículas) de ferro, com o efeito de estimular a fixação do carbono pelo fitoplâncton. (10) Em 2007, uma comissão científica intergovernamental fez um alerta de que a fertilização de oceanos com ferro para tentar sequestrar carbono de forma comercial traz “*riscos ambientais e carece de evidências científicas de efetividade*”. A declaração foi uma reação a uma tentativa da empresa Planktos, Inc. de jogar 100 toneladas de ferro em uma área de 10 mil km² no mar do Pacífico para poder vender créditos de carbono. (11)

Argumento 2: os territórios marinho-costeiros estão sendo destruídos rapidamente em função de má gestão.

Como consequência da suposta capacidade extraordinária de absorver e armazenar carbono, os promotores do “Carbono Azul” argumentam que é muito importante conservar essas áreas porque, se elas forem destruídas, essa quantidade enorme de carbono estaria sendo liberada na atmosfera. Eles apresentam dados que demonstram que áreas marinho-costeiras estão sendo destruídas rapidamente, a uma taxa de até 7% por ano, o que significaria que, em duas décadas, já estariam totalmente destruídas. Essa destruição está sendo atribuída a “*práticas insustentáveis de uso de recursos naturais, má gestão em nível da bacia hidrográfica, más práticas de desenvolvimento costeiro e má gestão do lixo*”. (12)

Resposta ao Argumento 2:

Uma primeira questão que chama a atenção é a vaga e duvidosa descrição feita pelos promotores do “Carbono Azul” sobre as causas da destruição acelerada das áreas marinho-costeiras no mundo, como os manguezais. Eles atribuem essa destruição basicamente a uma “má gestão”. Mas a RedManglar Internacional, uma rede de organizações na América Latina em apoio a comunidades que dependem dos manguezais, chega a uma análise bem diferente. Segundo essa Rede, a maioria dos países com manguezais na América Latina já perdeu entre 60 e 80% deles. A RedManglar aponta para as seguintes causas: mudança no uso do solo, concentração de terras, criação industrial de camarão, indústria de produção de sal, megaprojetos da indústria do turismo, barragens, monocultivos agroindustriais, como palma africana/dendezeiro e cana de açúcar, extração de petróleo e gás, e construção de estradas, grandes portos e estaleiros navais (13). Praticamente todas essas causas têm a ver com projetos e atividades de grandes empresas em territórios marinho-costeiros que beneficiam, sobretudo, a esses grupos empresariais, e prejudicam as comunidades locais que habitam esses territórios e deles dependem.



Argumento 3: Os territórios marinho-costeiros têm um alto valor monetário em função de seus “serviços ecossistêmicos”, e reconhecer isso pode garantir sua conservação.

O portal de “Carbono Azul” afirma que, além do carbono, as áreas marinho-costeiras “*têm um alto valor, por uma série de serviços que fornecem*”. Segundo agências da ONU, o valor monetário desses “serviços ambientais” chegaria a 25 trilhões de dólares por ano. Elas afirmam que as áreas marinho-costeiras são úteis para a adaptação às mudanças

climáticas, protegendo as pessoas contra “*erosão costeira, tempestades e enchentes*”. Além disso, afirmam que elas “*fornecem alimento através da pesca e são um habitat para os pequenos peixes prosperarem*”. Afirmam, também, que essas áreas podem melhorar a qualidade da água, garantir renda através do turismo e fornecer materiais de construção e ingredientes para a medicina. (14)

Resposta ao Argumento 3:

Primeiramente, o que chama a atenção é o grande valor financeiro – 25 trilhões de dólares por ano – atribuído aos chamados “serviços ecossistêmicos” dos territórios marinho-costeiros. Mas se as empresas mais responsáveis por destruir esses territórios tomam conhecimento desse valor, sua prática será outra?

O autor inglês George Monbiot afirma que o recente fenômeno de dar preço à natureza, no caso, às florestas de mangue, não quer dizer que antes não se tivesse conhecimento do valor e da importância imensas que essas florestas têm. Segundo ele, relações de poder profundamente desiguais influenciam muito mais o destino dos territórios marinho-costeiros:

“Mesmo que não tivéssemos um número para taxá-los, sabemos, há séculos, que os manguezais têm um grande valor para a proteção costeira e como lugar de reprodução de peixes. Mas isso não tem evitado que pessoas subornem e pressionem políticos para transformar essas florestas em fazendas de camarão. Se um hectare de fazenda de camarão resulta em 1.200 dólares para um homem rico e com boas conexões, isso pode ser bem mais do que os 12.000 dólares que valeria para populações costeiras oprimidas. Saber o preço não muda nada nesta relação: outra vez, trata-se de poder”. (15)

Na prática, valorizar financeiramente as florestas e transformar seus “serviços ecossistêmicos” em ativos ou títulos com valor financeiro, que possam ser vendidos em mercados financeiros, têm garantido a continuação das emissões de CO2 por indústrias poluidoras, além de resultar em benefícios para outros atores envolvidos nesses mercados: empresas, consultores, certificadores, instituições financeiras e grandes ONGs preservacionistas. Muitos desses atores, com apoio de governos e da ONU, também estão envolvidos em iniciativas de promoção do “Carbono Azul”.

O valor dos manguezais para as comunidades e a natureza em geral

Os manguezais contêm uma grande quantidade de peixes, caracóis, conchas e caranguejos que são, muitas vezes, a base alimentar das comunidades e dos povos dos manguezais. Estes habitantes coletam plantas medicinais, e os canais dos manguezais são o meio de transporte e de comunicação entre pessoas e comunidades que, com canoas e lanchas, movimentam-se e transportam pessoas

e produtos sem alterar ou contaminar o entorno.

Além disso, as raízes dos manguezais formam um emaranhado ou entrelaçado que funciona como criadouro e refúgio natural para uma grande diversidade de peixes e mariscos. Os manguezais cumprem funções de criação, refúgio, alimentação e reprodução para 75% das espécies tropicais em zonas marinho-costeiras, e de habitats para aves locais e migratórias. Por esses e outros motivos, são incluídos na Convenção de Proteção de Pantanais, RAMSAR, como pantanais de importância internacional.

Os manguezais são também amortecedores naturais frente ao impacto de fenômenos como tempestades, tsunamis e furacões. As raízes dos manguezais protegem as costas e outras margens de áreas sujeitas à influência das marés e inundações. Os efeitos desses fenômenos naturais estão ocorrendo com mais frequência devido à crise climática. Ademais, os manguezais cumprem um papel importante no controle da erosão das margens de canais e estuários. O sistema de raízes dos manguezais funciona também como diques que retêm os sedimentos resultantes do efeito das marés ou dos rios, contribuindo para que isso não ocorra ou ocorra menos nos canais. Muitas vezes, os manguezais são comparados com os “rins” da Terra e, com certeza, funcionam como purificadores de águas contaminadas que chegam ao mar.

Além de tudo isso, os manguezais têm um valor direto para as populações locais, que desde épocas ancestrais têm obtido sua fonte de sustentação cotidiana nessas áreas, por serem, sobretudo, populações de pescadores e pescadoras artesanais e de coletores de mariscos. Ou seja, os manguezais são sua fonte de segurança alimentar e sustentação familiar. Mas o valor do manguezal se expressa também como referência social e cultural das comunidades locais; é em torno dele que elas articularam suas vidas, formaram um sentido de pertencimento a esse ecossistema e construíram sua identidade. Por último, há comunidades que praticam um turismo ecológico, com o qual a população nacional e estrangeira pode desfrutar da flora e da fauna, das paisagens e de atividades recreativas, mas também tomar conhecimento da problemática em torno do manguezal. (fonte: [RedManglar Internacional](#)).

3. Algumas iniciativas relevantes para o “Carbono” ou “REDD Azul” e os atores que as promovem

- Em 2009, a transnacional francesa Danone iniciou, em colaboração com a IUCN (16) e a Convenção RAMSAR (17) a recuperação de cerca de 4.700 ha de florestas de mangue em Casamans e SineSaloum, no Senegal. Também começou um projeto, em Sundarbans, na Índia, de recuperação de floresta de mangue em cerca de 6.000 ha. A empresa informa que se trata de um investimento de cerca de 23 milhões de euros para gerar entre 6 e 11 milhões de toneladas de créditos de carbono por ano dentro de 23 anos (18), sendo que a empresa pode usar esses créditos para “compensar” suas próprias emissões ou revendê-los em mercados de carbono.

IUCN, Ramsar e a empresa de consultoria holandesa Sylvestrum desenvolveram a metodologia desse projeto. Conforme afirma Bernard Giraud, vice-presidente de Sustentabilidade da Danone, a iniciativa *“terá um impacto significativo sobre comunidades locais e estimulará empresas a fazer investimentos em nível de corporação e abraçar novas oportunidades de compensação de carbono em regiões costeiras”*. A Danone, com vendas de 17 bilhões de euros por ano, e presente em mais de 120 países, busca reduzir suas emissões de carbono em 30% e “compensar” o restante com uma abordagem chamada *“inovadora”*, que inclui, dentre outros, esses projetos de restauração de áreas marinho-costeiras, até porque eles são capazes, conforme a empresa, de *“sequestrar grandes volumes de carbono”*. (19) No entanto, a preservação dessas áreas não influencia a grande poluição causada por essa transnacional, que está entre as 10 empresas mais poluidoras do planeta. (20)

- Ainda em 2009, a UNEP e a Grid-Arendal (21), uma organização da Noruega que presta serviços à UNEP, em colaboração com a FAO e as comissões oceanográficas internacionais da UNESCO, fizeram um relatório sobre o “papel fundamental” dos oceanos para um clima equilibrado, buscando incentivar uma agenda acerca desse papel nas negociações internacionais sobre o clima. O Estudo sugere criar um *“fundo de Carbono Azul”* e também *“mecanismos para permitir o uso futuro de créditos de carbono para a captura de carbono em ecossistemas marinhos e costeiros, e um armazenamento efetivo quando houver métricas [formas de medição] aceitáveis.”*(22)

- Em 2010/2011 foi criada “A Iniciativa do Carbono Azul”, uma iniciativa global voltada à mitigação das mudanças climáticas e que está trabalhando para *“a restauração e o uso sustentável de ecossistemas costeiros e marinhos”*. É uma iniciativa da IUCN, da ONG preservacionista *Conservation International* e da IOC-UNESCO (23). Ela tem dois grupos de trabalho importantes, um mais científico e outro político.

Em 2011, em um seminário dessa iniciativa na Suíça, o grupo de trabalho sobre a política para o “Carbono Azul” se reuniu com o objetivo de elaborar o chamado *“Quadro Político para o Carbono Azul”*. No relatório do encontro, afirma-se que *“O ‘Quadro Político’ é desenhado para permitir a inclusão fluida das atividades de Carbono Azul em processos existentes de políticas internacionais e de financiamento, onde for possível, (...)”*. A instância da ONU que discute o clima, a UNFCCC, é indicada como o fórum internacional com maior prioridade, além da Convenção da Biodiversidade (CBD). O documento afirma

a importância de *“Integrar as atividades de Carbono Azul integralmente dentro dos processos políticos internacionais e o financiamento da UNFCCC como parte dos mecanismos para mitigar as mudanças climáticas”*.(24) Esta atividade na Suíça contou ainda com outros atores, como universidades, o Banco Mundial, os governos dos Estados Unidos e do Equador, além de ONGs como MARES/*Forest Trends* e *WetlandsInternational*. (25)

- Outra iniciativa é o portal na internet chamado “Carbono Azul”, criado pela UNEP e pela Grid Arendal. A página se apresenta como um “lar” para a *“comunidade internacional do Carbono Azul”* e afirma que *“serve como plataforma para compartilhar experiências e informação, ajudando a conectar e coordenar atividades e iniciativas. Todos os profissionais do Carbono Azul são convidados a participar (..)”*. (26)

- As empresas de consultoria que, no caso do REDD em florestas terrestres, já fazem a certificação desse tipo de projeto também estão de olho no novo mercado de projetos do “REDD Azul”. A certificadora de projetos de “compensação” de carbono VCS (*VerifiedCarbon Standard*) já dispõe de uma metodologia, aprovada em janeiro de 2014 sob seu programa de *“manejo sustentável de pastagens”* para quantificar *“os benefícios para o efeito estufa de atividades de criação de áreas alagadas”*. (27)

- Várias fundações, inclusive empresariais, como a empresa transnacional de petróleo francesa Total, que há tempo financia atividades preservacionistas de grandes ONGs ambientalistas, também estão envolvidas no financiamento das atividades que buscam agora promover o “Carbono Azul”; outros financiadores são agências de cooperação e governos de países que emitem relativamente muito CO2 e que estão em busca de formas eficientes de “compensar” essas emissões, a exemplo do Governo da Alemanha.

Chama a atenção que nenhuma das comunidades que conservam seus territórios marinho-costeiros há gerações é protagonista dessas iniciativas.

O papel das comunidades na conservação dos territórios marinho-costeiros

Há séculos, as áreas marinho-costeiras, sobretudo os manguezais, têm sido os territórios tradicionais de comunidades de pescadores e pescadoras artesanais, de camponeses e camponesas, de povos indígenas e outras populações tradicionais, como afrodescendentes (no caso da América Latina).

Essas comunidades têm defendido seu território porque sua sobrevivência física e cultural está profundamente ligada a eles, e muitas lutas de comunidades já ocorreram e atualmente ocorrem em todo mundo, buscando enfrentar projetos destrutivos impostos de cima para baixo. É graças a essas lutas que hoje há muitas áreas de manguezais conservadas no mundo, e

outras tantas em processo de recuperação devido aos esforços de comunidades para reflorestá-las.

Vale ressaltar o papel fundamental das mulheres na defesa e na proteção dos manguezais. São elas, em especial, que costumam realizar atividades de pesca, coleta e extração de conchas, caracóis e caranguejos, e outras espécies que são parte importante da dieta das suas famílias. Os efeitos da expulsão das populações e da destruição dos seus territórios recaem particularmente sobre a vida delas, devido à perda das fontes e condições para sustentar suas famílias. (*baseado em informação da [RedManglar Internacional](#)*)



4. Atividades prioritárias dos promotores do "Carbono Azul".

- Pesquisa

O site “Portal do Carbono Azul” lista mais de 30 iniciativas nesse campo no mundo, a maior parte, na Ásia e na África (28). Em sua grande maioria, são projetos com o objetivo de realizar pesquisa sobre métodos para medir a quantidade de carbono nas florestas de mangue e outros ecossistemas costeiros, e sobre sua capacidade de sequestro de carbono. Esta pesquisa é voltada a apoiar e melhorar a metodologia da elaboração de projetos de “REDD Azul”, visando colocar este “Carbono Azul” nos mercados de carbono obrigatórios e voluntários. Há também várias pesquisas em andamento sobre outros “serviços ecossistêmicos”.

Alguns exemplos de pesquisa listados no “Portal do Carbono Azul” são:

- um projeto de pesquisa em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes, que afirma que os resultados podem servir para a “*avaliação da viabilidade de uso no mercado de carbono*”. Nesse projeto, os pesquisadores investigam também o “*potencial*” de outros

“serviços ecossistêmicos” das áreas marinho-costeiras.

- um projeto de pesquisa no Paquistão, no Vietnã e no Sri Lanka, que procura elaborar uma metodologia para que empresas possam “*promover de forma responsável a conservação/restauração de florestas de mangue, redução de emissões de carbono e desenvolvimento sustentável ao oferecer financiamento para comunidades*”. O objetivo principal é poder facilitar o financiamento para que pequenas áreas de mangue consideradas inviáveis entrem em “*mercados voluntários ou obrigatórios*”.

- um projeto na África, desenvolvido em Camarões, Guiné, República do Congo e RDC, tem buscado pesquisar “*o valor dos serviços ecossistêmicos (inclusive carbono) dos manguezais da região Centro-Oeste da África*”, para defender “*a inclusão de florestas de mangue no REDD+ e em esquemas voluntários de carbono*”.

- *Projetos demonstrativos*

Outra prioridade dos defensores do “Carbono Azul” é promover atividades demonstrativas, através de projetos que buscam convencer a UNFCCC de que o “REDD Azul” precisa ser incluído em um novo acordo climático ou, especificamente, em um acordo sobre o REDD. Esses projetos demonstrativos têm perfis diferentes, mas muitas vezes, têm um componente “comunitário”, buscando mostrar os benefícios do “Carbono” ou “REDD Azul” para comunidades que dependem das áreas costeiras. No entanto, os projetos não mostram que não contribuem para reduzir as emissões de CO₂ responsáveis pelo aquecimento global. Ao contrário, escondem por trás de uma imagem positiva o fato de que o próprio projeto justifica que empresas continuem suas emissões de CO₂. Um exemplo é o projeto demonstrativo realizado pela Fundação Neotrópico na Costa Rica.

O projeto “Carbono Azul comunitário” da Fundação Neotrópico

Na Costa Rica, a fundação Neotrópico desenvolve o projeto “Carbono Azul Comunitário”. A Fundação tem conseguido interessar patrocinadores envolvidos em atividades emissoras de CO₂ para que invistam no projeto, por exemplo, as fabricantes de automóveis Volkswagen e Ford. Conforme as informações disponíveis, a Fundação identificou comunidades aptas a participar do projeto na região Sul da Costa Rica. Ela argumenta que, lá, os manguezais sofrem bastante pressão e, portanto, correm o risco de ser destruídos. As organizações comunitárias que participam do projeto são organizadas nas chamadas “unidades locais de implementação”, que realizam o trabalho de reflorestamento dos manguezais. Além disso, o projeto também contempla formação comunitária e educação ambiental como parte das atividades. Cerca de 100 mil mudas teriam sido plantadas nos manguezais. (29)

A ONG COECOCEIBA (Amigos da Terra Costa Rica), sem questionar a importância, em si, do apoio a atividades comunitárias de recuperação de manguezais, tem feito questionamentos à lógica por trás desse projeto. A COECOCEIBA explica que a Volkswagen convida a quem tiver um veículo desta marca a doar determinada quantidade de dinheiro às atividades para semear árvores com o objetivo de recuperar e conservar manguezais na região onde se implementa o projeto de “carbono azul”. Desta forma, com o projeto, a Volkswagen estaria “compensando” emissões de CO2 dos carros produzidos por ela. Por isso, a COECOCEIBA avalia que, desta forma, o projeto acaba sendo uma lavagem verde para empresas transnacionais responsáveis pelo aquecimento global, como se os carros da Volkswagen agora estivessem “neutralizando” suas emissões com a reabilitação de manguezais. (30)

Como conservar os territórios marinho-costeiros?

Os manguezais estão de fato entre as florestas tropicais mais ameaçadas do mundo. O que ainda resta de floresta de mangue no mundo é fruto da presença e da luta de milhares de comunidades, mulheres e homens que têm conservado essas áreas porque sua sobrevivência depende delas e das áreas marinho-costeiras em geral. Sua destruição afeta em especial as mulheres.

Com a tendência ao “Carbono Azul” e ao “REDD Azul”, ONGs, consultores e empresas estão chegando nessas comunidades com um discurso de que agora é preciso conservar mesmo os manguezais, em especial o carbono que eles contêm. Mas, dificilmente a nova tendência ao “Carbono Azul” vai salvá-los ou mitigar a crise climática em geral. Em primeiro lugar, os que promovem o “Carbono Azul” não identificam claramente as causas da destruição dos manguezais e das áreas marinho-costeiras em geral. Em suas análises, eles costumam resumir essas causas como resultado de má gestão e, portanto, não impedem que grandes empresas continuem invadindo e destruindo áreas de manguezais no mundo. Em segundo lugar, pela lógica dos mercados de carbono e de outros “serviços ecossistêmicos”, a conservação de uma área implica cada vez mais dar um direito a alguma empresa de continuar suas emissões de CO2 ou de destruir outra área de manguezal comparável, em biodiversidade, à área conservada. Nesta lógica de mercado em que se “compensa” poluição ou destruição, não há lugar para comunidades e tampouco se lida com a destruição dos territórios marinho-costeiros em geral ou se enfrentam as causas da sua destruição.

As comunidades estão ausentes em toda a propaganda do “Carbono Azul” ou “REDD Azul”. Elas, que vivem nos territórios marinho-costeiros, nunca se preocuparam em saber se seus territórios têm muito ou pouco carbono ou se contêm “serviços ecossistêmicos” e,

muito menos, com o preço desses serviços. Não expressam em dinheiro o valor que os manguezais dos quais sobrevivem têm para si, porque costumam dizer que esse preço é incalculável. No entanto, sem ter responsabilidade pelas altas emissões de CO2 da queima de petróleo, gás e carvão mineral, principais responsáveis pelo aquecimento global, essas comunidades já percebem impactos das mudanças climáticas no seu dia-dia.

Como tem mostrado a experiência dos projetos de REDD nas florestas terrestres, também o “REDD Azul”, igualmente uma proposta imposta de cima para baixo, tende a intervir profundamente na vida dessas comunidades e a causar mais problemas do que benefícios. Focados na questão do carbono, os projetos do “Carbono” ou “REDD Azul” necessariamente resultarão também em uma série de restrições impostas ao modo de vida das comunidades e na perda de controle do seu território, tudo para garantir aos mercados financeiros que o carbono – transformado em um papel, um “ativo ou título ambiental” – continue sendo “bem armazenado” na floresta.

Mesmo que muitos projetos-piloto, realizados por ONGs com apoio de grandes empresas, orgulhem-se de seu componente comunitário, as próprias comunidades já tinham descoberto há muito tempo, sem precisar ouvir falar em projetos de “Carbono” ou “REDD azul”, a importância da defesa dos seus territórios de pesca e coleta. Mulheres e homens estão trabalhando há anos na recuperação dos manguezais que foram destruídos por atividades empresariais, para garantir seu futuro e o controle sobre essas áreas.

A ênfase de projetos demonstrativos e outros projetos de pesquisa, colocando os manguezais em mercados mundiais de carbono, apenas adia as transformações estruturais necessárias no modelo de produção e consumo baseado na queima de combustíveis fósseis. Essas mudanças são indispensáveis para que a humanidade tenha chance de manter o aquecimento global dentro de certos limites, para garantir a sobrevivência futura dos manguezais e ecossistemas costeiros em geral e das comunidades que dependem deles. A nova tendência ao “Carbono Azul” ou “REDD Azul”, por não propor essas mudanças, é mais uma falsa solução para a crise climática, além de ser uma forma de manter e fortalecer o poder das empresas e mercados financeiros, ofuscando e transformando sua responsabilidade pela grande destruição ambiental em uma proposta na qual essas empresas e mercados se tornam parte da suposta “solução”.

Este artigo nos mostra também a importância de lutar pela conservação dos territórios marinho-costeiros, mas a partir da resistência e da luta das comunidades pelo reconhecimento de seus territórios de uso pesqueiro e extrativismo comunitário. Isso poderia ajudar decisivamente a reverter o histórico atual de invasão e extração nessas áreas, em benefício de grandes empresas responsáveis pela destruição dos territórios marinho-costeiros. Os governos nacionais e as instâncias internacionais – em especial a Organização das Nações Unidas (ONU) – deveriam apoiar as comunidades nessas reivindicações em vez de ser coniventes com os interesses empresariais e as iniciativas de “Carbono Azul”.

Winnie Overbeek, winnie@wrm.org.uy
World Rainforest Movement

Notas:

(1) <http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/10-alertas-sobre-redd-para-comunidades/>

- (2) Conservation International e IUCN, “Blue Carbon Policy Framework”, 2011.
- (3) http://bluecarbonportal.org/?page_id=2944
- (4) UNEP/FAO/UNESCO/IOC/CSIC/Grid Arendal, “A Blue Carbon Fund: the ocean equivalent of REDD for carbon sequestration in coastal states”. Folheto
- (5) Conservation International e IUCN, “Blue Carbon Policy Framework”, 2011.
- (6) Ibid
- (7) <http://digitalcommons.wcl.american.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1465&context=sdlp>
- (8) <http://thebluecarboninitiative.org/category/about/blue-carbon/>
- (9) <http://www.neotropica.org/article/carbono-azul-comunitario/>
- (10) <http://www.lbl.gov/Science-Articles/Archive/sea-carb-bish.html>
- (11) <http://www.etcgroup.org/fr/node/641>
- (12) UNEP/FAO/UNESCO/IOC/CSIC/Grid Arendal, “A Blue Carbon Fund: the ocean equivalent of REDD for carbon sequestration in coastal states”. Folheto.
- (13) Informações fornecidas pela Red Manglar
- (14) UNEP/FAO/UNESCO/IOC/CSIC/Grid Arendal, “A Blue Carbon Fund: the ocean equivalent of REDD for carbon sequestration in coastal states”. Folheto.
- (15) <http://www.monbiot.com/2013/09/18/pricing-the-priceless/>
- (16) IUCN – União Internacional da Conservação da Natureza: uma organização internacional ambiental com membros que incluem governos, indústria, instituições internacionais e sociedade civil.
- (17) RAMSAR é um acordo intergovernamental que foi estabelecido em 1971 para definir os marcos para ações de governos nacionais em prol das zonas úmidas do mundo.
- (18) http://bluecarbonportal.org/?dt_portfolio=livelihood-fund-reforestation-projects
- (19) www.danone.com<http://downtoearth.danone.com>
- (21) <http://www.grida.no/about/>
- (22) <http://www.grida.no/publications/rr/blue-carbon/>
- (23) Intergovernmental Oceanographic Commission of the United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization
- (24) Conservation International e IUCN, “Blue Carbon Policy Framework”, 2011.
- (25) Ibid.
- (26) <http://bluecarbonportal.org/>
- (27) <http://www.v-c-s.org/methodologies/methodology-coastal-wetland-creation-v10>
- (28) http://bluecarbonportal.org/?page_id=668#marker29
- (29) <http://www.neotropica.org/article/carbono-azul-comunitario/>
- (30) <http://coecoceiba.org/se-enojaron-en-casa-presidencial/>

[index](#)

O REDD passa das florestas às paisagens: mais do mesmo, apenas maior e com mais risco de causar danos



No final da década de 1980, a FAO e o Banco Mundial lançaram seu primeiro grande programa para interromper a perda de florestas. Ele foi chamado de Plano de Ação para a Silvicultura Tropical (Tropical Forestry Action Plan, TFAP). Um relatório do WRM de 1990 mostrava que “*o Plano de Ação para a Silvicultura Tropical [tinha] defeitos fatais. Longe de reduzir a perda de florestas, o Plano [iria] acelerar o desmatamento*”. Poucas mudanças seriam necessárias na análise feita há cerca de 24 anos para torná-la aplicável ao REDD, ao REDD+ e, provavelmente, em breve, ao REDD em escala de paisagem. A abordagem do REDD em escala de paisagem tenta incluir florestas e agricultura, e continua sendo implantada de cima para baixo e de forma condescendente para com as comunidades que dependem da floresta, ao mesmo tempo em que é colaborativa para com as associações empresariais dos setores da agricultura e exploração madeireira, como o fracassado Plano de Ação para a Silvicultura Tropical, do Banco Mundial e da FAO, nos anos 80. O desmatamento e as emissões relacionadas a ele vão continuar e, no processo, o REDD em escala de paisagem causará muitos danos ao difamar as comunidades que dependem da floresta e quem produz a maioria dos alimentos do mundo –os pequenos agricultores. Mas não precisa ser assim se, em vez disso, a ação governamental for direcionada a deixar os combustíveis fósseis no solo e eliminar gradualmente a agricultura industrial –a causa da grande maioria das emissões relacionadas ao uso da terra. O REDD é a cortina de fumaça para esconder a inação em relação a esses desafios prementes.

Desde a cúpula do clima de 2007, em Bali, na Indonésia, negociadores da ONU têm discutido como reduzir a perda de florestas – ou, mais precisamente, como reduzir as emissões causadas quando as florestas são destruídas– dentro de um conceito chamado de REDD, Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal(consulte a seção sobre REDD do site do WRM e 10 coisas que as comunidades devem saber sobre o REDD). Logo, o REDD se tornou REDD+, e os negociadores do clima estavam falando não apenas sobre como evitar a perda de florestas, mas também sobre “*conservação, manejo florestal sustentável e aumento dos estoques de carbono das florestas nos países em desenvolvimento*” – em outras palavras, como incluir a indústria de extração de madeira e das plantações industriais de árvores em qualquer fluxo de receita potencial do carbono. Paralelamente às negociações da ONU, centenas de milhões de euros começaram a ser gastos com consultores que preparavam metodologias, empresários e ONGs conservacionistas que implementavam planos, iniciativas-piloto e projetos-modelo de REDD, e com outro conjunto de consultores que certificavam que as metodologias desenvolvidas pelos primeiros haviam sido aplicadas. Quando os vendedores de projetos de REDD chegaram à floresta, comunidades e povos indígenas que dependem das florestas

ouviram muitas promessas de benefícios e empregos, mas receberam principalmente assédio, restrições ao uso da terra que fornece o seu sustento e responsabilização por ser responsáveis pelo desmatamento. Enquanto se difamava quem pratica o uso tradicional da floresta e muitas vezes a defende contra a destruição vinda de fora, os verdadeiros causadores da perda de florestas continuavam inabaláveis, assim como as emissões. Este padrão foi documentado em muitos relatórios (consulte o site do WRM para uma seleção).

O fato de o desmatamento continuar em velocidade alarmante, apesar de todo o dinheiro e palavras gastos em REDD, não deve ser uma surpresa. O foco do REDD no carbono desviou a atenção das causas diretas e subjacentes do desmatamento—violação dos direitos de posse e uso das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos da floresta, agricultura industrial e plantações de monoculturas, pecuária, extração comercial de madeira, mineração, gás e petróleo, infraestrutura de grande escala (1), além do modelo de desenvolvimento associado a tudo isso, que depende de aumento constante do consumo. Em um seminário internacional sobre “Implantação do REDD+ e Manejo Florestal Sustentável”, em Tóquio, no Japão, no início de 2014, Donna Lee, ex-principal negociadora de REDD dos Estados Unidos, citou o exemplo de um país que *“gastou mais de 50 milhões de dólares em sofisticadas técnicas de sensoriamento remoto [...] para tentar obter medições muito precisas da mudança da cobertura da terra, gastando muito dinheiro em avaliações de carbono [...] No entanto, eles não sabem exatamente o que estavam planejando fazer para reduzir de forma concreta as emissões [do desmatamento]”*. (2) “Em um grande estudo sobre o REDD, o Centro para a Pesquisa Internacional de Silvicultura, CIFOR, descobriu que, onde as iniciativas de REDD+ visam reduzir a perda florestas, elas estão “enfrentando grandes desafios cujas causas fundamentais se encontram fora de seus limites de projeto”. (3)

Cerca de 16 atrás, muitos dos mesmos governos que agora discutem o REDD nas reuniões climáticas da ONU se encontraram na iniciativa Causas Subjacentes (do desmatamento tropical), apoiada pelo IPF, o Painel Intergovernamental sobre Florestas também da ONU. Nessa iniciativa, os governos já haviam se comprometido com, entre outras coisas, *“preparar estudos aprofundados sobre as causas subjacentes, em níveis nacional e internacional, do desmatamento e da degradação florestal, bem como analisar de forma abrangente a perspectiva histórica das causas do desmatamento e da degradação florestal no mundo, e outras causas internacionais subjacentes desses dois fatores, incluindo as forças econômicas transfronteiriças”*. (4) No item 29c das Propostas para Ação do IPF, sobre posse da terra e compartilhamento de benefícios, os governos concordaram em *“formular políticas que visassem garantir a posse da terra para comunidades locais e povos indígenas, incluindo políticas, conforme o caso, voltadas à partilha justa e equitativa dos benefícios das florestas”*. Muitas ONGs e governos elaboraram estudos aprofundados sobre as causas da perda de florestas, embora as políticas governamentais voltadas a garantir a posse da terra para as comunidades locais e povos indígenas raramente tenham passado da palavra à ação. No seu relatório à Comissão das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2000, o Fórum Intergovernamental sobre Florestas (IFF) (5) apresentou as decisões tomadas em sua quarta sessão. Com base nas conclusões de um seminário global de cinco dias sobre as Causas Subjacentes do Desmatamento e da Degradação Florestal, sediado pelo governo da Costa Rica em janeiro de 1999, o parágrafo 58 do relatório do IFF afirma que: *“Para superar grandes obstáculos ao abordar as causas subjacentes do desmatamento e da degradação florestal, o IFF*

salientou a importância da coerência política dentro e fora do setor florestal. Além disso, enfatizou a necessidade de uma articulação política eficaz para tratar das causas subjacentes do desmatamento, que costumam ser inter-relacionadas e de caráter social e econômico, e incluem pobreza, falta de padrões seguros de posse da terra, reconhecimento inadequado dos direitos e das necessidades das comunidades indígenas e locais que dependem da floresta dentro de legislações e jurisdições nacionais, políticas intersetoriais inadequadas, subvalorização de produtos e serviços florestais, falta de participação, falta de boa governança, ausência de um clima econômico favorável que dê apoio ao manejo florestal sustentável, comércio ilegal, falta de capacitação, falta de ambiente favorável em níveis nacional e internacional, e políticas nacionais que distorcem o mercado e incentivam a conversão de terras florestais em outros usos, inclusive terras baixas de cobertura florestal. Observou-se, ainda, que as causas subjacentes do desmatamento e da degradação florestal, bem como as abordagens para lidar com elas, costumam ser específicas de cada país e, portanto, variam entre países diferentes”. (6)

O fato de que as reuniões climáticas da ONU vêm discutindo o REDD há mais de cinco anos, como se fossem as primeiras a descobrir que a luta contra o desmatamento exige que se olhe para as causas fora da floresta, demonstra uma surpreendente falta – talvez até mesmo uma incapacidade – de aprendizagem institucional.

O Banco Mundial é pioneiro demais uma falsa solução

Fiel à sua abordagem de “*fazer sem aprender*” (o Banco afirma “aprender fazendo”) e seu “*papel pioneiro*” na promoção de falsas soluções para a mudança climática, o Banco Mundial, junto com as agências da ONU como a FAO, começou a disseminar mais um novo conceito, o REDD em escala de paisagem, que é a mesma ideia do REDD, só que maior – e com potencial para causar mais danos. Por um tempo, a expressão usada nas negociações climáticas da ONU foi REDD++, com o segundo sinal + indicando que, além da exploração madeireira e das plantações industriais de árvores, as emissões causadas pelo uso da terra para a agricultura e os benefícios para o agronegócio também seriam considerados. As referências à agricultura e à mudança climática aumentaram, a FAO e outros atores começaram a falar sobre a agricultura “*inteligente face ao clima*” (ver artigo sobre agricultura “*inteligente face ao clima*” neste boletim e em o site do FAO). O Banco Mundial assumiu a expressão, falando – por exemplo, em relação ao REDD+ Finanças – sobre como, “*através de mais geração de renda, plantios resilientes ao clima e maior captura de carbono, essa Agricultura inteligente face ao clima pode ajudar o mundo a produzir os alimentos de que necessita para evitar a fome*”. (7)

Porém, o termo REDD++ provou ser muito abstrato. “*Para muitas pessoas, o REDD é apenas uma ferramenta de financiamento abstrata, mas as paisagens – que incluem os campos e as fazendas, os fazendeiros e os agricultores – são coisas que as pessoas podem ver. Se nós dissermos a elas que estamos preservando a paisagem e que o REDD é apenas uma ferramenta para nos ajudar a pagar por isso, elas entendem*”, declarou em dezembro de 2013 o então vice-ministro da Indonésia, Heru Prasetyo. Em junho de 2012, a vice-presidente do Banco Mundial e enviada especial para a mudança climática, Rachel Kyte, já escrevia sobre “*Abordagens de Paisagem ao Desenvolvimento Sustentável*”, informando sobre o Dia da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, que aconteceu

durante a conferência Rio+20 –a mesma que substituiu o “desenvolvimento sustentável” pela “economia verde” (ver Boletim 179 do WRM). Rachel Kyte citou o então diretor do CIFOR, Francis Seymour, que também estava presente no Dia da Agricultura e do Desenvolvimento Rural: “*A abordagem de paisagem é uma maneira pela qual podemos melhorar a produtividade agrícola e os meios de subsistência rurais, abordando também as ameaças às florestas, à água e à biodiversidade*”. Chris Lang, do REDD-Monitor, também escreveu sobre a declaração de Seymour: “Como explicar o entusiasmo do CIFOR pelas ‘paisagens’? Em março de 2012, o REDD-Monitor entrevistou Seymour. Em uma longa entrevista, ela não mencionou a palavra ‘paisagem’ nem uma vez. Quando lhe perguntei sobre os Dias da Floresta, (8) ela não sugeriu que pudesse haver uma mudança. Existem 59 postagens no Forest News Blog do CIFOR dentro da categoria ‘paisagens’. Obviamente, é um assunto que o CIFOR considera importante, mas apenas duas das postagens foram escritas antes de junho de 2012 e do anúncio de Kyte de que ‘precisamos participar dos ‘Dias da Paisagem’”. Como disse Donna Lee, ex-principal negociadora de REDD para os Estados Unidos, no seminário internacional mencionado acima: “Nós passamos por esses sabores. Hoje eu acho que o sabor é o das paisagens sustentáveis. Ouve-se muito falar disso no Banco Mundial, entre os doadores; todo mundo está falando sobre paisagens sustentáveis”.

Em 2013, o Banco Mundial não estava apenas promovendo a ideia do “REDD em escala de paisagem”, mas também dando financiamento para promovê-lo no dia a dia. Na reunião climática da ONU daquele ano, em Varsóvia, na Polônia, três países– Noruega, Reino Unido e Estados Unidos– doaram, juntos, 280 milhões de dólares para a “Iniciativa para Paisagens Florestais Sustentáveis do Fundo BioCarbon”. O Fundo BioCarbon é uma parceria público-privada, alojada no Banco Mundial, “que mobiliza financiamento para atividades que sequestram ou conservem emissões de carbono na floresta e em sistemas agrícolas”.(9) A respeito da reunião da ONU sobre o clima na Polônia, a Ecosystems Marketplace, uma plataforma na Internet que promove o comércio de serviços ecossistêmicos e uma forte promotora da inclusão das florestas nos mercados de carbono, escreveu: “Não era possível escapar se você estivesse, este ano, participando das negociações climáticas de fim de ano, em Varsóvia. Afinal de contas, o vice-ministro da Indonésia, Heru Prasetyo, falou sobre isso incessantemente, assim como a vice-presidente do Banco Mundial Rachel Kyte. Peter Holmgren, que dirige o Center for International Forestry Research(CIFOR), organizou o Fórum Paisagens Globais’, com duração de dois dias, em torno disso; Estados Unidos, Reino Unido e Noruega lançaram a Iniciativa para Paisagens Florestais Sustentáveis (ISFL, por sua sigla em Inglês) para torná-la uma realidade. Até mesmo os negociadores oficiais reunidos sob os auspícios da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas(CQNUMC) realizaram um seminário de dois dias sobre isso. ‘Isso’ é a ‘abordagem de paisagem’ à redução de emissões de gases de efeito estufa oriundas de campos, fazendas e florestas”.(10) A agricultura estava entrando nas negociações climáticas da ONU e as florestas, saindo.

Tal como acontece com todos esses novos sabores, é preciso preparação. Em um documento de abril de 2012, denominado “Nota breve para discussão externa”, o governo dos Estados Unidos indica sua disposição de contribuir para um fundo com o objetivo de: “Facilitar a implementação de estratégias nacionais de REDD+, desenvolvendo os ambientes propícios que são necessários para o abastecimento de mercadorias produzidas de forma mais sustentável, em grande escala”. Como “resultados esperados”, o documento

menciona, entre outras coisas, que “a implementação de programas desse tipo, bem elaborados, integrados e de grande escala, deve levar à criação de um ambiente propício que seja melhor para o abastecimento de mercadorias produzidas de forma sustentável, melhorando as condições para os agricultores, enquanto facilita o cumprimento dos compromissos de sustentabilidade assumidos pelas empresas”. O documento contém um exemplo imaginário de ação que esse novo mecanismo de financiamento pode apoiar (ver quadro abaixo). O último parágrafo é particularmente digno de nota—talvez ainda mais em conjunto com o artigo publicado neste boletim sobre Quênia relatando a pressão do Banco Mundial pela “agricultura inteligente face ao clima”, e quando se compara o exemplo fictício com a abordagem que será assumida pela Iniciativa para Paisagens Florestais Sustentáveis do Fundo BioCarbon.

Exemplo indicativo de um programa integrado(11)

Agrilândia é um país de porte médio, com uma economia muito dependente do setor de recursos naturais. Para várias commodities agrícolas, a região chamada de Fronteria é uma área de rápida expansão, associada a uma alta taxa de desmatamento. Na região, há grandes plantações e pequenos agricultores. A posse da terra não está clara, as concessões se sobrepõem e a presença do governo é limitada. Enfrentar o desmatamento associado à agricultura nesta região é um foco da estratégia de REDD+ de Agrilândia.

Um programa integrado de subsídios para Financiamento para o Desmatamento Evitado, neste caso, pode incluir o estabelecimento de um cadastro de terras, registro de propriedades, mapeamento de concessões e averiguação dos títulos onde for necessário. O subsídio pode apoiar a identificação e o mapeamento de terras desmatadas subutilizadas em Fronteria, com permutas de terras para concessões dentro de florestas primárias. Pode-se dar suporte técnico ao banco de desenvolvimento rural para formular empréstimos que recompensem os produtores que sigam critérios de sustentabilidade específicos, como manter uma alta cobertura florestal, incluindo condições preferenciais para empréstimos. Pode-se estabelecer um serviço de extensão agrícola para dar aos agricultores treinamento em cultivos silvícolas de alto valor, melhores práticas de manejo e medidas de conservação. O programa poderá cobrir os custos extras de redirecionar uma estrada planejada de Fronteria até o porto, mas fora da floresta, para não gerar mais desmatamento. Pode-se dar apoio ao governo nacional para desenvolver um nível de referência subnacional e

um sistema de Relatórios de Medição e Verificação para Fronteira, como passo provisório rumo a um sistema nacional. O governo de Agrilândia pode se comprometer com o estabelecimento e a contratação de pessoal para uma área protegida nacional para preservar formalmente a floresta remanescente na região e aumentar a fiscalização do cumprimento de regulamentações ambientais existentes, como contrapartida.

Pode-se buscar financiamento complementar com a IFC em apoio a grandes plantações na região, para que obtenham certificação e melhorem seu acesso a mercados de exportação. Uma Corporação de Investimentos Privados no Estrangeiro pode financiar um projeto para melhorar os estoques genéticos para pequenos e médios agricultores, possibilitando que eles aumentem sua receita sem aumentar sua pegada agrícola. A Millenium Challenge Corporation pode fornecer o financiamento a instalações de processamento para pequenos agricultores, elevando seu valor agregado e melhorando suas formas de sustento.

Este exemplo é meramente indicativo, e os programas irão variar muito dependendo do contexto de cada país. Todos os exemplos de investimentos de apoio usados aqui não implicam compromisso.

Também em preparação para o “REDD em escala de paisagem”, em outubro de 2013, o Governo da Noruega, através de sua Iniciativa Internacional Climática e Florestal, convocou o Intercâmbio de REDD (REDD Exchange), “para facilitar a aprendizagem e o compartilhamento de conhecimentos sobre REDD+”. Mas sobre o quê eles estariam falando nesse intercâmbio? “Em particular, o Intercâmbio facilitou as discussões sobre a abordagem de paisagem dentro do âmbito do REDD+, as cadeias de suprimento de commodities relevantes para o REDD+, o conceito de análise e o desenvolvimento de metodologias para implementação, abordagens jurisdicionais e finanças do REDD+.” (12)

A agência de cooperação para o desenvolvimento da Noruega, NORAD, também financiou um projeto chamado “Emissões Reduzidas de Todos os Usos de Terras”. Em 2013, o projeto gerou um relatório chamado “Rumo a uma abordagem de paisagem à redução de emissões”, que documenta lições e experiências “do trabalho exploratório sobre abordagens de paisagem à redução de emissões, cujos resultados visam apoiar os atores em Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), agricultura e paisagens inteligente face ao clima”. (13)



O REDD em escala de paisagem e a Economia Verde

“O aumento dos investimentos públicos e privados em REDD+ criaria paisagens produtivas, rentáveis e sustentáveis que sequestrariam e armazenariam mais carbono, permitindo maior prestação de serviços ambientais— o coração de uma Economia Verde”, escreve o Grupo de Trabalho do Painel Internacional de Recursos do PNUMA sobre REDD+ e Economia Verde. (14)

Corporações cuja demanda por commodities agrícolas provoca enormes emissões de gases de efeito estufa, tanto da perda de florestas quanto do uso de combustíveis fósseis—e está destruindo a agricultura camponesa, seus territórios e a saúde no planeta —estão entre os promotores mais fortes da mudança do REDD ao REDD em escala de paisagem e à *“agricultura inteligente face ao clima”*. *“Este é exatamente o tipo de iniciativa que gostaríamos de apoiar. Precisamos encontrar novas formas de parceria público-privada para enfrentar os desafios globais, como o desmatamento”,* diz o Banco Mundial, citando Paul Polman, diretor-presidente da multinacional anglo-holandesa de bens de consumo Unilever, sobre a Iniciativa para Paisagens Florestais Sustentáveis do Fundo BioCarbon.

A Unilever também se associou a outras grandes empresas de commodities alimentícias no Fórum de Bens de Consumo, *“uma colaboração de 400 varejistas, fabricantes e prestadores de serviços, com vendas anuais combinadas de mais de 3 trilhões de dólares”*. O instituto de pesquisa brasileiro IPAM cita a Unilever como um destacado participante, oriundo do sector privado, de um *“consórcio de organizações, mesas-redondas de commodities (Mesa Redonda sobre Soja Responsável, Bonsucro/cana de açúcar, Mesa Redonda sobre Óleo de Palma Sustentável e, mais recentemente, Mesa Redonda Global para Carne Bovina Sustentável)”*. De acordo com o IPAM, o consórcio *“tem como objetivo construir pontes entre as mesas redondas das commodities agrícolas e o financiamento do REDD+”,* afirmando que *“as sinergias entre REDD+ e os padrões [aplicadas por] mesas redondas mostram que há um potencial para o REDD+ contribuir para a transformação do mercado de commodities agrícolas.”*(15) Uma publicação de 2014, de ferrenhos defensores dos mercados de carbono, da Forest Trends, diz que *“uma ambição central é passar de melhoria da sustentabilidade em nível de*

fazenda individual para o nível de paisagem, visando reduzir custos e garantir abastecimento e, da perspectiva do REDD+, garantir que ferramentas de certificação estejam associadas a resultados de mitigação dos GEE [Gases de Efeito Estufa]”. (16) (Veja o site do WRM sobre certificação, para saber como esta ferramenta é usada para promover a expansão corporativa das plantações industriais à custa da pequena agricultura e das economias rurais).

Contudo, um tópico está ausente de todas estas iniciativas: a necessidade urgente de reduzir o consumo excessivo e a produção industrial de monoculturas voltada a exportação de óleo de dendê (palma) e outras commodities agrícolas que a Unilever e outras corporações internacionais de alimentos vendem no mundo, com todas as consequências para as florestas, os povos das florestas e o clima que esse comércio provoca.

Ao invés de apoiar os pequenos agricultores cuja produção alimenta o mundo com menos de um quarto de toda a terra agricultável (17) e chamar à ação para resolver os graves problemas causados por esse modelo corporativo da agricultura industrial e das plantações florestais, o Banco Mundial considera essas corporações como seus fortes aliados. *“O envolvimento e o apoio do setor privado, portanto, estão no cerne da nova iniciativa do Fundo BioCarbon. Na verdade, as corporações, como as gigantes dos alimentos e produtos de saúde Unilever, Mondelez e Bunge, têm se envolvido profundamente desde a sua criação, liderando um novo modelo de envolvimento”*, escreve o Banco Mundial. (18)

Até onde o REDD e a abordagem de paisagem estão interligados também é mostrado em um projeto realizado pela ONG conservacionista The Nature Conservancy (TNC), financiado com uma subvenção do Governo da Noruega e com apoio de USAID, o Fundo de Prosperidade de UK, Mafrig, Walmart, Cargill, Amazon Fund e Ann Ray Charitable Trusts, no âmbito de um programa intitulado *“Paisagens Sustentáveis no Brasil e na Indonésia”*. O Programa Piloto de REDD+ de São Félix do Xingu, no Brasil, *“está desenvolvendo um modelo para desenvolvimento sustentável, de baixo carbono, em mais de 9 milhões de hectares na Amazônia. O modelo ajuda a registrar todos os proprietários de terras do município para cumprir o Código Florestal do Brasil e auxilia os pecuaristas a aumentar a produção de gado em suas terras de pastagem atuais”*. (19)

E a TNC não é a única ONG a promover o REDD em escala de paisagem no Brasil. *“Práticas Corporativas ligadas à biodiversidade são um bom negócio”*, escreve a Conservation International (CI) ao lançar o relatório *“TEEB for Business Brazil”* (Economia dos ecossistemas e biodiversidade para negócios, Brasil), em março de 2014. Um de seus parceiros no projeto foi a Monsanto. A empresa agroquímica multinacional vem promovendo agressivamente plantações de soja, uso de pesticidas e sementes geneticamente modificadas, e continua causando polêmica. De acordo com a Gerente de Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa da Monsanto no Brasil, Daniela Mariuzzo, *“esta iniciativa está alinhada com a missão da Monsanto de melhorar a vida cotidiana dos agricultores e apoiá-los para produzir mais e melhor, e de forma sustentável[...]”*. (20) O relatório da CI chama atenção por não se referir à abordagem eficaz que o governo do Brasil usou para reduzir o desmatamento antes do surgimento do REDD– aplicação da lei e fortalecimento dos órgãos de controle, enquanto se condiciona o acesso a crédito agrícola à demonstração de cumprimento da lei. O REDD e iniciativas

como a “TEEB for Business Brazil” deram espaço para que essa abordagem fosse trocada por um novo sabor, provavelmente mais ao gosto dos setores empresariais que até agora lucraram imensamente com o desmatamento. Essa nova tendência busca “*transformar a legislação ambiental em instrumentos negociáveis*”, como explicou Pedro Moura Costa, fundador da bolsa de valores ambiental brasileira, Bolsa Verde do Rio de Janeiro –BVRio, e, anteriormente, fundador da empresa de comércio de carbono Ecorescurities, ao anunciar a BVRio. (21)

O setor agrícola do Brasil está se preparando para uma possível nova fonte de receita que se espera que o REDD em escala de paisagem possa proporcionar. A JBS, maior processadora de carne bovina do mundo, o Grupo André Maggi, grande comerciante de soja e milho, a Mafrig, processadora global de proteína animal, e o braço local da gigante de alimentos Bunge Ltd, entraram, todos, em um programa para desenvolver novas diretrizes de medição das emissões do setor agrícola. Os benefícios? “*As empresas que adotarem as diretrizes e ferramenta de cálculo do Protocolo do GEE [Gases de Efeito Estufa] terão algumas vantagens competitivas. [...] Entender riscos operacionais e de reputação; identificar oportunidades de redução de emissões; [...] antecipar-se a um potencial mercado de carbono.*” Em nível internacional, os maiores comerciantes de commodities já estão se familiarizando com o mercado de carbono, com as multinacionais de commodities Vitol, Bunge e Shell Trading, ativas na negociação de créditos de carbono a partir do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, agora em grande parte inoperante.(22) Márcio Nappo, Diretor de Sustentabilidade da JBS, também está se certificando de que o foco do debate sobre o REDD em escala de paisagem e a “*agricultura inteligente face ao clima*” fique longe do verdadeiro desmatamento causado pela expansão da fronteira agrícola industrial. Ele prefere falar sobre “soluções”–particularmente o tipo que permite que o modelo de negócios corporativo de sua empresa continue com seus negócios de sempre: “*a grande discussão sobre a emissão de gás carbônico não será na área do transporte e do desmatamento, mas na do manejo do solo em agricultura.*” Sua solução? A intensificação da agricultura em escala industrial:“*a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, com a qual vamos produzir carne e grão na mesma propriedade fazendo ao máximo o uso do solo de maneira altamente produtiva, e cumprindo as metas do Código Florestal*”. (23)

Também no Brasil, uma conferência denominada “Expansão de Cadeias de Suprimento Sustentáveis para Commodities”, realizada em março de 2014, em Foz do Iguaçu, reuniu “*grandes corporações das indústrias de gado e soja, formuladores de políticas, instituições financeiras, especialistas em desmatamento e organizações da sociedade civil, para identificar desafios e discutir possíveis soluções para mudar para commodities sustentáveis e de baixo desmatamento*”. A agenda sugere que eles não discutiram como reduzir o comércio internacional de commodities agrícolas e permitir, em seu lugar, a soberania alimentar por meio do fortalecimento da agricultura camponesa e dos direitos comunitários à terra, nem como deter a expansão das plantações de árvores e de cultivos, que continuam a destruir não só as florestas, mas também os meios de subsistência daqueles que dependem delas.

Alguns dos que estavam envolvidos no REDD parecem estar dispostos a reexaminar. “*Em alguns aspectos, podemos fazer modelos sofisticados, mas, no final das contas, essas comunidades locais realmente sabem do que precisam. Parece que esse é o ponto de partida*”, comentou Donna Lee no seminário de Tóquio mencionado anteriormente. É

claro que essa visão não chegou aos ‘arquitetos’ do REDD em escala de paisagem no Fundo BioCarbon do Banco Mundial e em outros lugares. A ideia do REDD em escala de paisagem que eles estão implantando aplicará o mesmo modelo, baseado na mesma análise e no mesmo pensamento falho, que já foi tentado e fracassou com o REDD, fracassou no Painel Intergovernamental e no Fórum Intergovernamental da ONU, no Fórum da ONU sobre Florestas desde final dos anos 90, e no Plano de Ação para a Silvicultura Tropical (TFAP) da FAO e do Banco Mundial. (24) Em 1990, Marcus Colchester e Larry Lohmann escreveram que o TFAP “*tinha defeitos fatais. Longe de reduzir a perda de florestas, o Plano vai acelerar o desmatamento.*” Seriam necessárias poucas mudanças na análise de cerca de 24 anos atrás para torná-la aplicável ao REDD, ao REDD+ e, provavelmente, em breve, ao REDD em escala de paisagem.

Portanto, os resultados do REDD em escala de paisagem provavelmente não serão muito diferentes dos do TFAP ou do REDD. A abordagem permanece sendo de cima para baixo e condescendente para com as comunidades que dependem da floresta, enquanto é colaborativa para com as associações empresariais dos setores de agricultura e exploração madeireira, como o fracassado Plano de Ação para a Silvicultura Tropical do Banco Mundial e da FAO, na década de 1980. O desmatamento e as emissões relacionadas a ele vão continuar e, no processo, causarão muitos prejuízos por difamar as comunidades que dependem da floresta e quem fornece os alimentos básicos que alimentam o mundo—os pequenos agricultores.

O resultado disso para os pequenos agricultores? Provavelmente, igual ao das comunidades que dependem da floresta e cultivo itinerante no REDD: promessas de benefícios que vão se transformar em condições ainda mais precárias de produção e em difamação da agricultura camponesa, enquanto as grandes empresas agroindustriais transferem a responsabilidade para baixo na cadeia de suprimento, e seus parceiros da biotecnologia oferecem sementes geneticamente modificadas(GM), adequadas à agricultura de plantio direto ‘*inteligente face ao clima*’(ver artigo sobre agricultura ‘*inteligente face ao clima*’, neste boletim).

E as consequências podem ser sentidas nas políticas de uso da terra de forma mais ampla, como mostrou o caso do Código Florestal no Brasil. Gerson Teixeira, ex-presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária, alertou que a introdução de créditos negociáveis de restauração florestal, como foi feita sob a versão revista do Código Florestal de 2012, representaria um grande risco para a Reforma Agrária no Brasil. O instrumento histórico da Reforma Agrária foi a desapropriação de latifúndios comprovadamente improdutivos e, portanto, que não cumpriam a função social da terra exigida pela Constituição. A introdução de créditos negociáveis de restauração florestal criou um instrumento que podia proteger os proprietários de latifúndios da desapropriação para fins sociais, porque esses créditos transformariam latifúndios improdutivos em fábricas de carbono e repositórios de reservas ambientais. Isto, por sua vez, permitiria aos proprietários alegar que a terra está cumprindo a função produtiva exigida pela constituição. “A possibilidade de comprar créditos de carbono transformará os latifúndios improdutivos em “*fábricas de carbono.*” (25) O REDD de paisagem e a agricultura “*inteligente face ao clima*” podem muito bem comprometer ainda mais o processo de Reforma Agrária do Brasil— já sob intensa pressão dos interesses do agronegócio—nas áreas onde o Código Florestal não se aplicar ao REDD em escala de paisagem fora das florestas.

Os problemas são claros, as soluções existem...e são muito diferentes do conceito de REDD em escala de paisagem do Banco Mundial.

“Transformar os campos dos nossos agricultores em sumidouros de carbono—cujos direitos podem ser vendidos no mercado de carbono—só nos afastará ainda mais daquilo que consideramos como a solução real: a soberania alimentar. O carbono em nossas fazendas não está à venda!”, escreveu a Via Campesina quando governos e lobistas corporativos se reuniram em Varsóvia, Polônia, para discutir o REDD em escala de paisagem e a agricultura *“inteligente face ao clima”*. (26) Eles observaram que, enquanto a agricultura é um dos principais fatores que contribuem para a mudança climática, nem todos que plantam cultivos têm a mesma responsabilidade pelas emissões. O sistema de alimentação industrial— com seu uso pesado de insumos químicos, erosão do solo e desmatamento que acompanham a agricultura de plantações monocultoras, bem como sua ênfase na produção para mercados de exportação— é a principal fonte de emissões de gases de efeito estufa, (26) e não o cultivo itinerante e a agricultura camponesa (ver artigo no Boletim 173 do WRM). Por outro lado, a agricultura camponesa e a agroecologia, com foco na soberania alimentar, já estão provando que é possível produzir alimentos para *“alimentar o mundo”* e fazer isso gerando muito menos emissões do que o modelo industrial de produção agrícola, baseado em cultivos para os mercados de exportação. Pat Mooney, do ETC Group, resume por que o REDD em escala de paisagem e a agricultura *“inteligente face ao clima”* pouco têm a oferecer e acarretam grandes riscos para a agricultura camponesa: *“Para os pequenos agricultores do mundo, não há nada inteligente nisso. É apenas outra maneira de forçar a introdução de tecnologias controladas pelas grandes empresas nos seus campos e roubar suas terras”*.

Jutta Kill, jutta@wrm.org.uy

World Rainforest Movement

Notes:

(1) Ver Boletim 203 do WRM, de junho de 2014, para mais detalhes sobre o papel da infraestrutura na destruição das florestas. <http://wrm.org.uy>

(2) <http://www.ffpri.affrc.go.jp/redd-rdc/en/seminars/reports/2014/02/06/01.html#programnew>

(3) W. Sunderlin et al. (2014): The Challenge of Establishing REDD+ on the Ground: Insights from 23 Subnational Initiatives in Six Countries. <http://www.cifor.org/library/4491/the-challenge-of-establishing-redd-on-the-ground-insights-from-23-subnational-initiatives-in-six-countries/>

(4) Propostas para ação, do IPF, Proposta 27a e b, ver <http://wrm.org.uy/oldsite/deforestation/UC.html>.

(5) Nesse meio-tempo, o IPF havia sido rebatizado de Intergovernmental Forum on Forests (IFF), e mais tarde mudaria seu nome para UN Forum on Forests, UNFF. Seu efeito na contenção da perda de florestas continua enganoso, como demonstra a perda de grandes áreas florestais no mundo todo.

(6) Relatório sobre o Fórum Intergovernamental sobre Florestas, em sua quarta sessão (E/CN.17/2000/14). <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/351/79/PDF/N0035179.pdf?OpenElement>.

- (7) <http://www.worldbank.org/climatechange>
- (8) Desde 2007, o CIFOR tem organizado um encontro chamado de “Forest Days” no fim de semana entre os encontros climáticos da ONU, de duas semanas. Em 2013, esses “Forest Days” foram rebatizados de “LandscapeDays” pelo novo diretor do CIFOR, Peter Holmgren, que anteriormente trabalhou na FAO.
- (9) www.worldbank.org/en/news/feature/2013/11/20/biocarbon-fund-initiative-promote-sustainable-forest-landscapes
- (10) www.landscapes.org/can-unfccc-accommodate-landscapes-views-warsaw/#.U8rjFfmSwf0
- (11) O nome original o caso fictício (Agrolândia) foi alterado devido à sua existência no Brasil.
- (12) <http://climate-1.iisd.org/news/redd-exchange-discusses-landscape-approach-highlights-norways-engagement/>
- (13) <http://www.asb.cgiar.org/report/towards-landscape-approach-reducing-emissions-substantive-report-reducing-emissions-all-ian-0>
- (14) UNEP (2014): Building Natural Capital: How REDD+ can Support a Green Economy, Report of the International Resource Panel, United Nations Environment Programme www.ecoagriculture.org/~ecoagric/documents/files/doc_577.pdf.
- (15) Amazon Environmental Research Institute (IPAM) (2013): Financing of improved agricultural production can reduce forest losses. Draft. www.norad.no/en/support/climate...forest-initiative.../407556?
- (16) R. Edwards et al. (2014): Jurisdictional REDD+ Bonds: Leveraging Private Finance for Forest Protection, Development, and Sustainable Agriculture Supply Chains.
- (17) GRAIN (2014): Hungry for land: small farmers feed the world with less than a quarter of all farmland. <http://www.grain.org/article/entries/4929>.
- (18) <http://www.worldbank.org/en/news/feature/2013/11/20/biocarbon-fund-initiative-promote-sustainable-forest-landscapes>.
- (19) <http://www.nature.org/ourinitiatives/urgentissues/global-warming-climate-change/how-we-work/brazil-redd-fact-sheet-final.pdf>
- (20) <http://www.institutocarbonobrasil.org.br/agricultura1/noticia=736719>
- (21) Ver “Trade in Ecosystem Services. When payment for environmental services delivers a permit to destroy”, para detalhes sobre a BVRio e o comércio de créditos de restauração de carbono dentro da propriedade de um mesmo dono, segundo o Código Florestal Brasileiro revisado de 2012. <http://wrm.org.uy/books-and-briefings/trade-in-ecosystem-services-when-payment-for-environmental-services-delivers-a-permit-to-destroy/>.
- (22) <http://af.reuters.com/article/commoditiesNews/idAFL6N0PK3J020140709?pageNumber=1&virtualBrandChannel=0>
- (23) <http://www.reuters.com/article/2014/05/29/carbon-agriculture-brazil-idUSL6N0OF3GK20140529>
- (24) Marcus Colchester e Larry Lohmann (1990): The Tropical Forestry Action Plan: What Progress?
- (25) Gerson Teixeira (2012): Latifúndios improdutivos viraram fábricas de carbono. <http://www.mst.org.br/Gerson-Teixeira-latifundios-improdutivos-viraram-fabricas-de-carbono>
- (26) Climate Summit: don’t turn farmers into “climate smart” carbon traders!

<http://www.grain.org/article/entries/4811-climate-summit-don-t-turn-farmers-into-climate-smart-carbon-traders>

(27) Ver, entre outros, GRAIN (2009): The international food system and the climate crisis. <http://www.grain.org/article/entries/734-the-international-food-system-and-the-climate-crisis>.

[index](#)

“Agricultura inteligente face ao clima” – a mercantilização dos solos no Sul global



Em março deste ano, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (*Intergovernmental Panel on Climate Change*, IPCC), órgão científico internacional responsável por avaliar as mudanças climáticas, lançou o seu 5º relatório de avaliação com foco em “impactos, adaptação e vulnerabilidade”, incluindo um capítulo inteiro dedicado a sistemas globais de segurança e produção alimentar(1).

A mensagem é clara e as evidências, irrefutáveis: os fatores por trás das mudanças climáticas não estão apenas alterando o clima, em uma velocidade perigosa; eles também estão causando um prejuízo global líquido no rendimento dos cultivos, com o milho e o trigo – considerados alimentos muito básicos nos países em desenvolvimento – sendo os mais afetados. O relatório trabalha para consolidar a vasta gama de informações publicamente disponíveis sobre o estado global de sistemas de produção de alimentos. Com relação à África, as conclusões do relatório são simplesmente sombrias. Entre 75 e 250 milhões de africanos correm o sério risco de ser expostos a grave escassez de água(2), um problema extremamente preocupante, considerando-se que uma grande quantidade de pequenos agricultores do continente ainda depende muito da disponibilidade de chuvas para ajudar em sua produção de alimentos. Alguns países poderiam testemunhar queda de 50% nos rendimentos da agricultura regada a chuva até 2020. Além disso, o aumento esperado das temperaturas da água compromete ainda mais a soberania alimentar local dos africanos, já

que o resultado óbvio será a diminuição dos recursos pesqueiros.

Nunca foi tão urgente priorizar o fortalecimento dos sistemas agrícolas de produção de alimentos que possam garantir a soberania alimentar dos africanos. Isso também seria desejável do ponto de vista climático. Sistemas industriais de agricultura, silvicultura, bem como as mudanças no uso da terra (contribuições indiretas), emitem quase metade de todos os gases de efeito estufa(GEE) do mundo, enquanto os sistemas agrícolas ecológicos, usados principalmente por agricultores do Sul global, produzem muito menos emissões de gases de efeito estufa e também mitigamos efeitos das alterações climáticas.

As capacidades de adaptação e mitigação da agricultura não passaram despercebidas. Durante as negociações sobre o clima de 2012, em Durban, África do Sul, os governos no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas(UNFCCC, na sigla em inglês) concordaram em fazer da “agricultura” um item da agenda da comissão técnica das negociações climáticas da ONU, o Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Técnico(SBSTA, em inglês) – que presta consultoria científica e política oportuna sobre assuntos relacionados à Convenção do Clima. Esta ação foi concebida para proporcionar um ambiente politicamente mais “neutro” e permitir que as questões agrícolas fossem exploradas a partir de um ponto de vista mais “científico e técnico”, e muitos acreditam que a ação também serviu para permitir que o carbono do solo entrasse nos mercados “oficiais” de carbono, desenvolvendo os necessários métodos de monitoramento, registro e verificação (MRV, em inglês) da contabilidade do carbono.(3)

À medida que o clima muda e a soberania alimentar e os meios de subsistência de milhares de milhões, a maioria no Sul global, estão ameaçados, o Fundo Verde para o Clima (GCF, em inglês), que foi fundado no âmbito da UNFCCC como mecanismo para transferir dinheiro do hemisfério Norte Global para o Sul, está quase esvaziado e praticamente sem dinheiro disponível para ajudar os países em desenvolvimento a se adaptar e mitigar os efeitos da mudança climática. Mas, em vez de os países desenvolvidos solucionarem essa situação agindo com relação a suas responsabilidades históricas, os mercados de carbono estão sendo comercializados de forma agressiva e promovidos por instituições como o Banco Mundial, como fontes de financiamento para as iniciativas de adaptação às alterações climáticas, incluindo, agora, o setor agrícola.

O Projeto de Carbono Agrícola do Quênia– Em benefício de quem?

O Projeto de Carbono Agrícola do Quênia, financiado pelo Fundo BioCarbon do Banco Mundial e implementado pela ONG sueca VI Agro-Forestry, tem como foco aproximadamente 60.000 agricultores no oeste do Quênia. O projeto, que começou em novembro de 2010 e cuja conclusão está prevista para dezembro de 2017, trabalha com o chamado “ganho triplo” para os agricultores no Sul Global: aumento de produção, adaptando-se às mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que ajuda os agricultores a mitigar essa mudança pelo sequestro de carbono através da “agricultura sustentável”. Isto é o que o Banco Mundial e a Organização para a Alimentação e Agricultura da ONU(FAO) estão chamando de “agricultura inteligente face ao clima”.

O custo total do projeto é estimado em 1 milhão de dólares e, além do principal parceiro de implementação, inclui a Agência Francesa de Desenvolvimento e a Fundação Syngenta para

a Agricultura Sustentável.

Em janeiro, o Banco Mundial emitiu um comunicado à imprensa afirmando que, sob a metodologia contábil Gestão Sustentável de Terras Agrícolas (SALM, em inglês), 60.000 agricultores tinham finalmente obtido créditos de carbono(5). O comunicado de imprensa afirmava que: *“... por sequestrar carbono no solo, graças a essas práticas alteradas de gestão de terras agrícolas [...] os créditos representam uma redução de 24.788 toneladas métricas de dióxido de carbono, o que equivale às emissões provenientes de 5.164 veículos em um ano”*.

Além das reivindicações referentes ao sequestro de carbono do solo devido a práticas agrícolas “sustentáveis”, o Banco Mundial informa que a SALM pode ajudar a aumentar a produção dos agricultores em 15 a 20%(6). Muitos de nós gostariam de conhecer as evidências disso, principalmente quando se observamos impactos de longo prazo do projeto.

A agricultura “inteligente face ao clima”, com o seu nome excepcionalmente brilhante, nos convida a imaginar um mundo em que, ao invés de ser privados de exercer suas atividades, pequenos agricultores no Sul Global deveriam estar na vanguarda do combate às alterações climática se, mais importante, construir sua capacidade de resiliência, preservar eu modo de vida e aumentar sua soberania alimentar.

A realidade, porém, é muito diferente. Não há prova de que os mercados de carbono tenham contribuído para a diminuição das emissões de combustíveis fósseis no mundo. O que fizeram foi apenas transferir o ônus dessa mudança aos países do Sul Global (7). De acordo com a Convenção do Clima das Nações Unidas, os países desenvolvidos são obrigados a reduzir suas emissões e, ao mesmo tempo, prestar assistência técnica e financeira aos países pobres para ajudaras suas medidas de adaptação e mitigação. Os mercados de carbono têm permitido que os países ricos não só continuem poluindo, mas também se beneficiem financeiramente da poluição que causam.

Em muitos aspectos, o foco nas imensas capacidades de sequestro de carbono de pequenos agricultores no Sul Global é suicida. O projeto Carbono Agrícola do Quênia não ataca as causas sistêmicas e estruturais da mudança climática. Mesmo que os agricultores se adaptem e mitiguem da melhor forma que puderem, os países desenvolvidos ainda estarão mantendo altos níveis de emissões nacionalmente. E, como a mudança climática é atribuída diretamente às emissões de combustíveis fósseis, há um foco indevido na contabilização de emissões de terra– impreciso, caro e ineficaz –e não em políticas e esforços práticos para fazer a transição para um mundo livre de combustíveis fósseis, o que realmente afeta profundamente os agricultores e dos bilhões de pessoas que são sustentadas pelo trabalho que eles fazem.

Além disso, é altamente questionável o direcionamento do projeto a sementes híbridas – um forte foco no milho, alimento básico na região e no país como um todo – e aos agroquímicos, fornecidos por uma das empresas multinacionais do agronegócio, a Syngenta. Os agricultores são incentivados a passar de variedades nativas de milho a variedades híbridas, com maior uso de insumos. A Syngenta supostamente terá lucros (juntamente com outros vendedores de sementes híbridas) enquanto torna os pequenos agricultores

dependentes e os faz colher de acordo comum a abordagem voltada ao carbono e controlada pelas grandes empresas, por longos períodos. Ao examinar o projeto há dois anos, Shefali Sharma, do *Institute for Agriculture and Trade Policy*, afirmou que “os setores de ‘alta’ tecnologia, altos insumos, sementes de alto custo e herbicidas estão ansiosos para ser responsáveis pelas decisões na concepção desses projetos. Melhorar a segurança alimentar na mudança climática significa muito mais do que o aumento da produção de milho e solos mais ricos. Também significa que os agricultores sejam capazes de diversificar suas colheitas para conseguir se defender do risco de quebra de safra induzido pela mudança climática, consigam prever melhor os impactos sobre suas colheitas e fazer opções de plantio para atender com eficácia às suas necessidades de adaptação e de segurança alimentar (e às de seu país), no curto e no longo prazos. Insistir em que os agricultores dediquem recursos escassos à contabilidade de carbono em vez de esforços amplos para tratar dessas necessidades urgentes de adaptação e segurança alimentar é má política e mau uso de fundos muito limitados”.(8)

Em vez disso, o foco deveria estar nos métodos de agricultura ecológica baseados no respeito pelo conhecimento agrícola nativo e local, na proteção dos ecossistemas e na preservação da biodiversidade. O controle dos alimentos em mãos locais já demonstrou aumentar a produtividade e, mais importante, é uma maneira de os agricultores se adaptarem e mitigarem a mudança climática de forma eficaz.

A agricultura “inteligente face ao clima” está interessada na mitigação por causa dos benefícios financeiros previstos em decorrência da receita de carbono, enquanto os agricultores africanos realmente precisam de adaptação urgente aos efeitos prementes das mudanças climáticas. A agricultura “inteligente face ao clima” acabará por tirar qualquer flexibilidade e inovação dos agricultores para tratar de assuntos relacionados ao clima que possam surgir, porque o projeto os obrigaria a manter práticas específicas com vistas a obter créditos de carbono.

Atualmente, não há nenhum mercado de conformidade para o carbono do solo. No entanto, de acordo com as estimativas apresentadas, os agricultores do Quênia que participam desse projeto devem ganhar entre 2 e 5 dólares por hectare ao ano e, embora a cifra exata ainda permaneça incerta, é óbvio que não há praticamente nada a ganhar com o projeto. Os créditos de carbono do solo são vendidos atualmente em mercados voluntários, que são impopulares e extremamente pequenos em comparação com os mercados obrigatórios. Portanto, não têm qualquer chance de fornecer os bilhões de dólares necessários para permitir que os agricultores do Sul Global se adaptem de forma eficaz. Então, vemos que as afirmações sobre o enorme potencial dos créditos de carbono para fornecer financiamento para a agricultura africana começam a desmoronar.

Entretanto, talvez a verdade mais inegável seja a de que o carbono sequestrado em solos é temporário (9). Um relatório divulgado pela ONG FERN também questiona a antiga suposição de que as emissões de carbono de origem fóssil podem ser anuladas ou “compensadas” aumentando ou simplesmente protegendo o potencial de armazenamento do ecossistema terrestre (10) – exatamente a premissa do Projeto de Carbono Agrícola do Quênia(KACP).

Em setembro de 2014, o secretário-geral da ONU deve lançar a “Aliança Global pela

Agricultura inteligente face ao clima”, em Nova York, Estados Unidos, em paralelo à cúpula do clima que ele convocou e que irá envolver chefes de Estado de todo o mundo. Esta nova Aliança está sendo considerada precisamente como uma ação para “aproveitar o momento e o interesse na agricultura inteligente face ao clima e transformá-la em um mecanismo articulado” (11). Entre os atores da aliança estarão produtores, processadores e vendedores de alimentos. O futuro dos pequenos agricultores será jogado dentro de uma cadeia de negócios de valor que tem pouca consideração por seu bem-estar ou pelas crises climáticas que eles enfrentam, mas que está empenhada no crescimento do agronegócio e do conglomerado de comércio de carbono.

Isto, sem dúvida, servirá para legitimar completamente a extração continuada de combustíveis fósseis e as emissões de gases de efeito estufa por parte dos países desenvolvidos, enquanto dedica os recursos tão necessários para ampliar o enigma do mercado de carbono. Esta é uma ameaça real para milhões de pequenos agricultores e cidadãos no Sul global, que podem perder seus meios de subsistência, enfrentar fome e confrontar os efeitos da mudança climática.

RuthNyambura, ruth@africanbiodiversity.org

Coordenadora de Defesa e Comunicações, African Biodiversity Network,

Notas:

- (1) http://ipcc-wg2.gov/AR5/images/uploads/WGIIAR5-Chap7_FGDall.pdf
- (2) <http://www.foe.co.uk/sites/default/files/downloads/advance-briefing-ipcc-report-climate-impacts-45439.pdf>
- (3) <http://cdkn.org/2013/04/the-current-climate-of-agriculture-in-the-unfccc/>
- (4) <http://www.worldbank.org/en/topic/climatechange/publication/turn-down-the-heat-climate-extremes-regional-impacts-resilience>
- (5) <http://www.worldbank.org/en/news/press-release/2014/01/21/kenyans-earn-first-ever-carbon-credits-from-sustainable-farming>
- (6) <http://www.v-c-s.org/news-events/news/kenya-first-earn-carbon-credits-sustainable-farming>
- (7) http://www.foe.co.uk/sites/default/files/downloads/climate_justice_brief_8.pdf
- (8) <http://www.iatp.org/documents/an-update-on-the-world-bank%E2%80%99s-experimentation-with-soil-carbon>
- (9) http://www.dhf.uu.se/wordpress/wp-content/uploads/2012/10/Climate-Development-and-Equity_single_pages.pdf
- (10) <http://www.fern.org/misleading-numbers>
- (11) <http://www.fao.org/climate-smart-agriculture/85725/en/>

POVOS EM AÇÃO

Declaração final da Campanha Global para Desmantelar o poder das transnacionais e por fim à sua impunidade



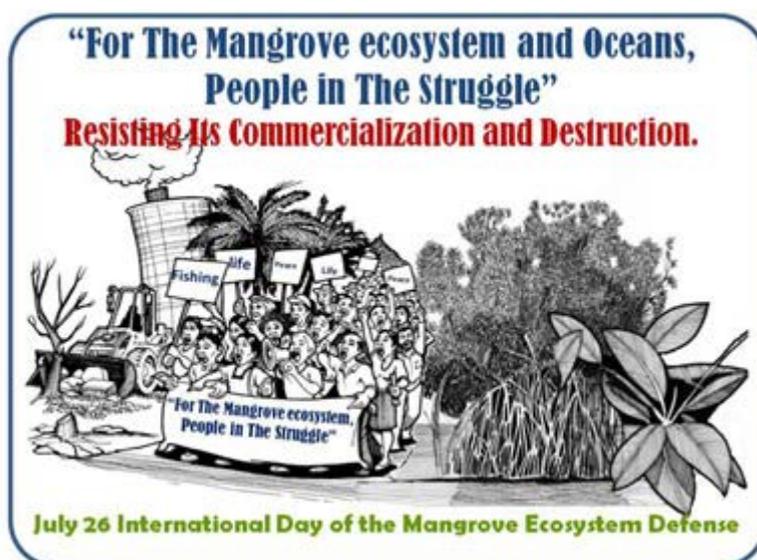
No marco da Campanha de Mobilização para deter os crimes e a impunidade corporativa, os movimentos sociais exigem que os/as afetado/as pelas violações de Direitos Humanos e por crimes ecológicos cometidos pelas transnacionais tenham acesso à justiça!

Ver declaração em espanhol: www.stopcorporateimpunity.org/?p=5966&lang=es

ou em inglês: www.stopcorporateimpunity.org/?p=5964

[index](#)

26 de julho: Dia Internacional para a Defesa do Ecossistema de Mangue



O povos e comunidades do manguezal têm um estreito vínculo com ele, com a pesca e com os mares. Manguezais e mares são elementos naturais que estão totalmente vinculados, assim como a vida dos povos costeiro-marinhos. Por isso, neste 26 de julho, nosso lema para a celebração do Dia Internacional para a Defesa do Ecossistema de Mangue é: Pelo Mangue e pelo Mar, Povos em luta. Resistindo a sua Mercantilização e sua Destruição.

Ver chamado em espanhol: http://redmanglar.org/sitio/index.php?option=com_content&view=article&id=336:ipor-el-manglar-y-el-mar-pueblos-en-la-lucha&catid=45:dia-del-manglar&Itemid=49index

[index](#)

Manifesto das mulheres da CLOC-Via Campesina Peru, no marco do I Encontro Nacional de Mulheres pela Justiça Climática em Defesa da Mãe Terra, rumo à COP20



Em nível global, rechaçamos energicamente as “falsas soluções” ao aquecimento global. As negociações climáticas se converteram em um grande mercado no qual se criaram ferramentas e mecanismos para limpar a imagem dos países mais poluidores e suas empresas, como os “Mecanismos para um Desenvolvimento Limpo” (MDL) ou REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação), ferramentas que permitem que o sistema capitalista siga consumindo os recursos naturais – nossos bens comuns de toda a humanidade.

Ver Manifesto em espanhol: <http://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/mujeres-mainmenu-39/2200-manifiesto-de-las-mujeres-de-la-cloc-via-campesina-peru-en-el-marco-del-i-encuentro-nacional-de-mujeres-por-la-justicia-climatica-en-defensa-de-la-madre-tierra>

Um passo adiante na adoção de uma declaração internacional sobre os Direitos das e dos camponeses



Em 27 de junho, a Assembleia do Conselho de Direitos Humanos da ONU votou a favor de uma resolução que autoriza a continuação do processo de elaboração de uma declaração internacional sobre os Direitos de camponeses e outras pessoas que trabalham na zona rural. Esse projeto de declaração provém do movimento camponês internacional Via Campesina e é fruto de dez anos de trabalho desse movimento composto por mais de 164 organizações camponesas de 73 países.

Ver a nota à imprensa em espanhol: <http://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/derechos-humanos-mainmenu-40/2197-una-victoria-en-nuestro-camino-hacia-una-declaracion-internacional-sobre-los-derechos-de-los-campesinos-y-las-campesinas>

Em inglês: <http://viacampesina.org/en/index.php/main-issues-mainmenu-27/human-rights-mainmenu-40/1634-a-victory-on-our-path-to-an-international-declaration-on-the-rights-of-peasants>

e francês: <http://viacampesina.org/fr/index.php/les-grands-ths-mainmenu-27/droits-humains-mainmenu-40/979-une-victoire-sur-notre-route-vers-une-declaration-internationale-sur-les-droits-des-paysannes-et-des-paysans>

A pré-cúpula social sobre o clima, na Venezuela, rejeitou as falsas soluções para a mudança climática



Convocados pelo governo da República Bolivariana da Venezuela, movimentos e organizações sociais de todo o planeta se reuniram de 15 a 18 de julho, na Ilha de Margarita, na Venezuela, para preparar sua participação na pré-cúpula Social de Mudança Climática. Por proposta do governo de Venezuela, a ONU organizará o evento pela primeira vez nessa ilha, de 4 a 7 de novembro. A Declaração do evento, que será a base para elaborar propostas rumo às negociações sobre o clima e apresentá-las aos ministros na pré-cúpula social, estabelece uma plataforma comum para enfrentar a mudança climática, marcando a necessidade urgente de mudar o sistema político, econômico, social e cultural que a gerou.

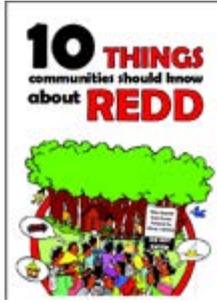
A Declaração rejeita enfaticamente as falsas soluções à mudança climática, tais como os mercados de carbono, o REDD e outras formas de privatização e mercantilização da vida que fazem parte da economia verde, os direitos de propriedade intelectual, as mega-represas, os monocultivos, a energia nuclear, a geoengenharia, os agrocombustíveis, os transgênicos e qualquer outro mecanismo que vulnere os direitos dos Povos. Além disso, entre outras coisas, propõem-se transformar as relações de poder e os sistemas de tomada de decisões, mudar os sistemas de produção e consumo; etc.

Ver Declaração em espanhol:

www.precopsocial.org/sites/default/files/archivos/declaracion_de_margarita_18jul2014_.pdf,

e em inglês: www.precopsocial.org/sites/default/files/archivos/margarita_declaration_on_climate_change.pdf

[index](#)



10 alertas sobre REDD para comunidades, pelo *World Rainforest Movement*.

Esta cartilha, produzida pelo WRM e publicada há mais de um ano, está sendo relançada agora, com uma introdução explicando, em linguagem simples, o que é REDD.

<http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/10-alertas-sobre-redd-para-comunidades/>

[index](#)



Carbono versus Alimentos, por *Amigos da Terra – França*

Estudo de caso do projeto implementado pela empresa francesa PurProjet sobre “compensação de carbono florestal” na região de San Martin, Peru. Este projeto permite a outras empresas, como Vinci e GDF Suez, “compensar” suas emissões de carbono. As comunidades locais que habitam a zona não foram devidamente consultadas nem informadas da criação da área de concessão para a conservação, enquanto todos os direitos relacionados ao carbono são transferidos exclusivamente à empresa PurProjet.

Ver relatório em espanhol: <http://www.amisdelaterre.org/purprojet>
inglês: <http://www.amisdelaterre.org/purprojet>
e francês: <http://www.amisdelaterre.org/purprojet>

[index](#)



REDD-Monitor,

O REDD é uma das mais polêmicas questões no debate sobre a mudança climática. O conceito básico é simples: governos, empresas ou donos de florestas no Sul deveriam ser recompensados por manter suas florestas em vez de cortá-las. Como sempre, o diabo mora no detalhe. O REDD-Monitor, uma página na internet em inglês, examina alguns desses detalhes.

<http://www.redd-monitor.org/>

[index](#)



A economia que chamam de “Verde”: a Última Fronteira do Saque, por Otros Mundos Chiapas

A chamada “Economia Verde” é uma nova área de negócios, e não se chama “Verde” porque seja boa para o meio ambiente, e sim porque sua mercadoria é a natureza. Estamos em um momento de avanço do Capitalismo no qual a água, a terra, a biodiversidade, o ar, o subsolo, os componentes da natureza e da vida, e até a paisagem são convertidos em mercadoria.

Ver publicação em espanhol: http://otrosmundoschiapas.org/materiales/docs/pdf/folletos/serie_dictadura_capital/manual_economia_verde.pdf

[index](#)

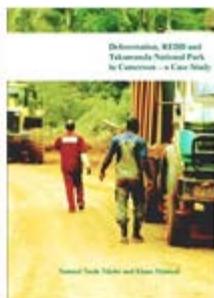


O colonialismo e a escravidão jamais se foram: REDD+ na Ásia e na África, por SERVINDI

Enquanto os governos do mundo assistem a debates sobre as consequências catastróficas acarretadas pelo aquecimento global, uma estrutura mercantil de alcance global ameaça estabelecer uma nova forma de subjugação na Ásia e na África, apropriando-se de um dos principais formas da vida na Terra: as florestas. O ator central desta ameaça se chama REDD, conta com o patrocínio da ONU e se apresenta como uma das soluções para o problema da mudança climática.

Ver nota em espanhol: <http://servindi.org/actualidad/109107>

[index](#)



Desmatamento, REDD e o Parque Nacional Takamanda, em Camarões –um Estudo de Caso, pelo FPP.

Embora com foco específico no financiamento alemão à proteção de florestas em Camarões, este relatório abrange também a questão mais ampla de como as políticas florestais do país são moldadas pelo processo de REDD. Com um estudo de caso, o relatório examina a forma como essas políticas de proteção florestal influenciam as comunidades locais, concentrando-se no exemplo específico daquelas comunidades cuja terra foi tomada pelo Parque Nacional Takamanda

Ver relatório em inglês: www.forestpeoples.org/topics/un-redd/publication/2014/

[deforestation -redd-and-takamanda-national-park-cameroon-case-study](#)

E em francês: www.forestpeoples.org/sites/fpp/files/publication/2014/07/cameroon-case-study-french.pdf

[index](#)